

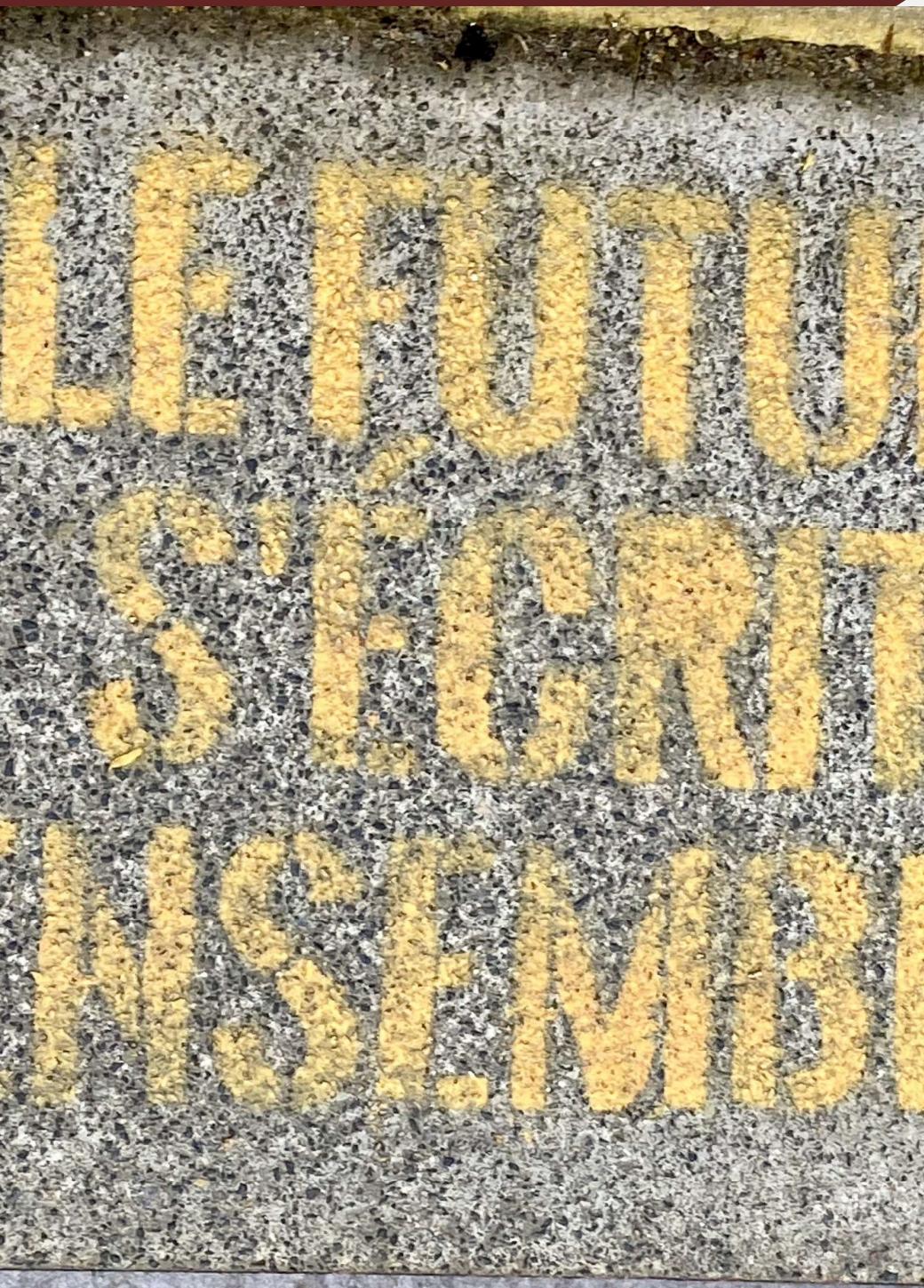


prisma.soc

Newsletter da Sociologia de Coimbra

FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Número 12. Fevereiro 2025



Conversa com	3
Ensaios	5
No Terreno	15
Projetos	25
Socio.net	28
Leituras	32
Ensaios Fotográficos	36
Outras Sociologias	40
Vai e Vem	42
Ganhar a Vida	43
Notícias	45
Eventos	48
Ufa!	50

Comprometimentos: desafios colaborativos à sociologia

Nesta edição da Prisma integramos uma série de contributos que abordam os desafios colaborativos que hoje se colocam à sociologia. São desafios de ordens diversas, que vêm suscitando uma importante reinvenção da sociologia – das práticas de investigação e das relações que a sociologia estabelece com a sociedade, mas também dos seus fundamentos epistemológicos, teóricos e metodológicos. E, em sentido mais amplo, dos compromissos cívicos e políticos que a prática da sociologia assume perante o mundo contemporâneo.

Ao longo das páginas desta edição, encontramos narrativas de pesquisa e reflexões que dão conta do modo como a investigação e a aprendizagem no contexto dos cursos de graduação e pós-graduação vão encarando esses desafios e trilhando caminhos que procuram promover encontros e diálogos: entre a sociologia, as outras áreas disciplinares que organizam a academia e a enorme multiplicidade de saberes não académicos que urge resgatar da menoridade e da desqualificação a que foram sujeitos durante longo tempo; entre a pulsão analítica para interpretar e compreender o mundo social de forma criteriosa e a premência de agir sobre ele e, sobretudo, com ele, de forma justa e solidária; entre estratégias metodológicas de inspirações diversas, que procuram dar corpo a ideais de pesquisa colaborativa; entre interesses e aspirações distintas e tantas vezes contraditórias, como acontece frequentemente quando a prática sociológica se combina com a produção e avaliação de políticas públicas, o ativismo, o planeamento da transformação dos territórios e das comunidades, a abordagem artística e humanística do mundo. Retoma-se o debate sobre sociologia pública, aprofunda-se a discussão sobre metodologias colaborativas e cocriativas, exploram-se reflexivamente os dilemas e as encruzilhadas que desafiam a sociologia a reinventar-se, mas também a repensar-se criticamente.

Esses caminhos por onde as colaboradoras e colaboradores desta edição nos conduzem constroem compromissos diversos com os mundos

sociais em que a prática sociológica se inscreve. Mas, mais do que constatar isso, é importante questionar a natureza e o alcance dos comprometimentos que por essas vias se tecem. Os desafios colaborativos à sociologia, e as suas implicações epistemológicas, teóricas, metodológicas, cívicas e políticas, não são novos. São de sempre. Mas ganham hoje uma acuidade redobrada, sob o duplo efeito das pressões que o espírito do tempo exerce sobre a sociologia e do protagonismo que a própria prática sociológica tem tido na promoção de diálogos e encontros. Dos compromissos que aí se constroem, de forma deliberada ou não, emergem ainda outros desafios, de natureza ética. Numa sociologia assumidamente comprometida com as vozes, as causas e os programas de pessoas, organizações e comunidades, quão convicto, duradouro e consequente é esse compromisso? E quão equitativos e horizontais são os diálogos e as partilhas que, sob a égide da iniciativa sociológica, se estabelecem nos encontros entre pesquisa e ação transformadora?

Ao lado destas problemáticas, outras questões percorrem as páginas desta edição. Relatam-se reflexivamente experiências formativas inovadoras, narram-se pesquisas que abrem novas pistas sobre realidades estudadas, ensaiam-se linguagens verbais e imagéticas que apontam para formas alternativas de fazer sociologia, visitam-se livros, filmes, documentários, eventos, que constituem outros tantos convites para a reflexão sociológica ampla e criativa. No seu conjunto, os textos e materiais aqui publicados são reveladores da dinâmica, da pluralidade e da criatividade que hoje alimenta entre nós uma sociologia vibrante, que é na verdade mais do que uma sociologia: é um lugar onde a sociologia se faz ponto de encontro entre linguagens e modos de ver, sentir e agir sobre o mundo.

A equipa editorial: Cíntia Fachada, Cláudia Ferreira, Daniel Neves Costa, Isabella Faustino Alves, José Pedro Marques ■

Nancy Duxbury

Investigadora do CES

Mapeamento cultural e investigação comprometida com a comunidade

Num artigo com W. F. Garrett-Petts e D. MacLennan, fala do mapeamento cultural como "ferramenta de planeamento e desenvolvimento participativo" e "modo emergente de investigação". Podemos entendê-lo como uma nova perspetiva metodológica? Quais são os seus fundamentos teóricos e metodológicos?

Como campo, o mapeamento cultural assenta em diversas raízes para explorar, investigar e tornar visível como múltiplas dimensões da cultura estão enraizadas em lugares específicos e se relacionam com eles. Embora ainda exista imprecisão sobre os limites do campo, evoluiu em dois ramos principais. O primeiro identifica e documenta os bens culturais tangíveis e intangíveis de um lugar para, com base nisso, desenvolver um mapeamento de recursos ou ativos culturais. O segundo propõe uma abordagem humanista culturalmente sensível, procurando articular um "sentido de lugar", significados da relação entre pessoas e lugares e elementos distintivos. São abordagens que se combinam cada vez mais. A tradição de recolher conhecimentos por meio de práticas de mapeamento envolvendo comunidades indígenas, muitas vezes combinando aspectos territoriais, significados culturais dos lugares e abordagens artísticas, têm sido influentes no desenvolvimento do campo.

No contexto académico, os fundamentos teóricos do mapeamento cultural estão relacionados com a "viragem espacial" das ciências sociais, que trouxe as ideias de *espaço* e *lugar* para o centro de uma série de abordagens culturais. Algumas obras referenciais desse debate, como as de Soja, Agnew e Duncan e Lefebvre, desenvolveram as bases filosóficas de conceitos como espaço, lugar e vida cotidiana. Outros trabalhos de referência centram-se na cartografia e nas formas de pensar os mapas, reconsiderando os fundamentos epistemológicos da cartografia (Cosgrove; Dodge, Kitchin e Perkins; Harley) e ilustrando o poder criativo dos mapas (Wood, Fels e Krygier). F. Bianchini e L. Ghilardi, por seu turno, utilizam o mapeamento cultural como forma de pensar culturalmente sobre os lugares.



Várias metodologias têm sido aplicadas no mapeamento cultural. Os métodos etnográficos incluem mapas mentais, caminhadas e pesquisa pedagógica sobre como ler a cidade. *Workshops* participativos envolvendo mapas (pré-impressos e anotados ou desenhados à mão e discutidos em entrevistas) são aspectos integrantes de muitos projetos. W. F. Garrett-Petts adota as ideias de Kevin Lynch sobre como os observadores elaboram mapas mentais da cidade para analisar coleções de mapas desenhados à mão. As metodologias específicas de mapeamento cultural são diversas, desde mapas culturais relevantes para o planeamento, a estratégias de mineração e representação do vasto e crescente corpo de dados eletrónicos disponíveis.

Para a sociologia, particularmente para os ramos que lidam com arte e cultura, o mapeamento cultural oferece técnicas e abordagens que permitem revelar as maneiras multifacetadas através das quais a cultura é incorporada, moldada e produzida a partir das relações entre pessoas, lugares e significados. Isto inclui pesquisar a natureza de base local dos recursos culturais e como eles são mobilizados e desenvolvidos por agentes ativos que vivem e trabalham em lugares específicos. De um modo mais geral, a sua capacidade de apresentar vozes individuais numa plataforma coletiva e pública pode ser relevante para áreas em que os conhecimentos de indivíduos e grupos específicos podem informar uma melhor compreensão das questões sociológicas.

Pode dar exemplos da sua própria experiência de investigação, em que o mapeamento cultural se revelou uma abordagem adequada e produtiva?

Um exemplo é o projeto *IN SITU*, desenvolvido no CES. Nesse projeto, o mapeamento cultural foi utilizado na fase inicial de uma investigação que explora a natureza das organizações e atores que compõem ecossistemas culturais e criativos em seis regiões não urbanas. Como exercício de investigação exploratória, criou-se em cada região um inventário de empresas culturais e criativas, eventos, festivais e organizações, fez-se uma avaliação das políticas culturais e de inovação e realizou-se uma série de *focus groups* com agentes culturais e outros *stakeholders*, para localizar elementos culturais e marcos de atividade cultural em mapas regionais. Visava-se refletir sobre o estado atual de cada ecossistema e imaginar futuros potenciais. Estes métodos geraram bases de dados e listas originais, assim como nova informação qualitativa dos profissionais sobre as suas situações de trabalho, as suas forças e desafios, as suas aspirações para o desenvolvimento cultural das suas localidades. O processo proporciona simultaneamente raras oportunidades de trabalho em rede, partilha de conhecimento e desenvolvimento de plataformas para avaliar coletivamente o dinamismo cultural de cada região e o trabalho dos atores criativos. Os principais resultados destes processos são explorados em etapas de pesquisa posteriores.

Outro exemplo é o *Islands in the Salish Sea*, um projeto liderado por artistas na Colúmbia Britânica, Canadá. Esse projeto participativo permitiu que residentes locais registassem em mapas os lugares e aspetos das suas ilhas que são significativos para eles. Resultou em centenas de mapas individuais, sob a forma de desenhos, pinturas e outros suportes, que foram depois reunidos em exposições itinerantes, num livro ilustrado com uma seleção de mapas e numa página web interativa. Os mapas articulam e mobilizam saberes individuais para, coletivamente, dar visibilidade ao conhecimento local e empoderar os residentes. Os mapas permitiram aos residentes documentar e comunicar ao governo provincial, e a outras agências responsáveis pelo planeamento e a tomada de decisões sobre o futuro das ilhas, o que era especial para eles em cada ilha. Coletivamente, os mapas oferecem um retrato coletivo de uma comunidade. Este projeto integra

abordagens artísticas no mapeamento, para destacar a importância do envolvimento da comunidade, a pluralidade de perspetivas e vínculos que isso implica e a estética como um componente-chave da autoexpressão e autorrepresentação da comunidade.

A investigação comprometida com a comunidade (community engaged research) e as metodologias colaborativas tornaram-se moda, juntamente com uma retórica crescente sobre os ideais da governação participativa e do planeamento colaborativo. Quais são os desafios que esse tipo de investigação coloca à sociologia?

Embora as aspirações contemporâneas da academia de cocriar conhecimento com as comunidades se estejam a tornar mais visíveis internacionalmente, observamos resistências a abraçar plenamente os desafios e as implicações de uma investigação colaborativa e significativamente comprometida com a comunidade – que, por exemplo, partilhe o controle em todas as etapas de pesquisa e faça da construção de capacidades de pesquisa comunitárias uma parte integrante do processo de investigação. A adoção de investigação comprometida com a comunidade e de metodologias colaborativas pode desafiar a autoridade dos investigadores e dos conhecimentos periciais das disciplinas académicas. Embora a formação formal dos investigadores seja uma mais-valia para o conhecimento e um contributo para estes processos, a negociação e o desempenho de papéis novos ou adaptados ainda estão em fase de aprendizagem.

Por um lado, processos verdadeiramente colaborativos exigem repensar a própria formação académica, o seu foco e os seus pressupostos. Por outro lado, também levanta questões sobre a natureza do conhecimento, a sua validade e contextualidade. Abraçar plenamente abordagens colaborativas implica investigação de natureza distinta da que resulta das abordagens tradicionais - mais contextualizada e socialmente enraizada ou conduzida. Integrar perspetivas diferenciadas torna-se parte do processo – com uma sensibilidade para a qual a formação disciplinar e a experiência pericial dos investigadores podem trazer virtudes, mas também enviesamentos.

Um desafio importante do mapeamento cultural é o de representar as vozes individuais locais em toda a sua propriedade. Por exemplo, as vozes e perspetivas individuais integradas nos mapas são facilmente parafraseadas ou subsumidas por um discurso mais autoritário, sintetizador e oficial. As diferenças locais podem ser encobertas ou minimizadas, conduzindo a impactos "não intencionais" ou "imprevistos" do mapeamento, especialmente para as culturas indígenas. Permanecem dúvidas sobre como os mapas devem ser avaliados e sobre a relação entre mapas comunitários, relações de poder existentes e possibilidades de mudança social. Além disso, uma teoria da participação mais sofisticada e situada é necessária para nos ajudar a entender quando e onde os níveis de participação são mais cruciais e como é que afetam a integridade e os impactos do mapeamento cultural. As dimensões culturais dos significados, das memórias e dos conhecimentos baseados nos lugares exigem contributos adicionais de áreas parceiras da cultura, incluindo a sociologia cultural.

Traduzido do inglês por Cláudia Ferreira ■



Foto: Cíntia Fachada

Diálogos transatlânticos e sociologia pública

Elísio Estanque

Professor Jubilado do Núcleo de Sociologia (FEUC)

Como se sabe, a «*sociologia pública*» (conceito desenvolvido por Michael Burawoy) é aquela que cruza a teoria crítica e reflexiva com públicos não académicos, ou seja, segundo esta conceção, a teoria e a pesquisa sociológicas transportam um potencial transformador com maior impacto quando assumem uma postura de engajamento sociopolítico junto dos atores sociais. Assumindo essa orientação, partilho algumas experiências recentes fundadas nessa procura de “diálogos” entre realidades e contextos distintos.

Vários autores que tenho trabalhado nos últimos anos (Erik Wright, M. Burawoy, Du Bois, Patricia Hill Collins, Leslie McCall, entre outros) foram fundamentais não só para entender a importância dos vínculos indissociáveis entre feminismo, racismo e classe social, como a necessidade de equacionar a noção de *interseccionalidade* com a capacidade de promover *diálogos* e *conversas* profícias entre correntes teóricas, autores e paradigmas das ciências sociais. Acresce que, a esse esforço de criação de contaminações recíprocas, se juntou a cooperação entre diferentes equipas inseridas em universidades latinoamericanas e europeias (incluindo a FEUC). Se a teoria sociológica contém elementos e referências universais, as experiências de pesquisa e o conhecimento que produzem não deixam de refletir a sua inscrição nos respetivos contextos; e nesse sentido, quer as instituições quer as redes e estudos que desenvolvem, transportam as referências inerentes às suas “escolas” teóricas, culturas e saberes locais. É nesse sentido que pretendo assinalar alguns exemplos de projetos e experiências recentes que proporcionaram diálogos particularmente enriquecedores do ponto de vista do conhecimento sociológico.

O primeiro resulta da minha atual ligação à Universidade Federal da Bahia, como professor visitante. Trata-se de uma pesquisa exploratória centrada no setor das trabalhadoras domésticas em Salvador da Bahia, a qual permitiu mobilizar hipóteses explicativas baseadas nessa conexão. Ou seja, tratando-se de uma realidade social onde a questão racial se mistura com formas de dominação de classe e de género na análise histórico-sociológica da sociedade baiana, profundamente marcada pelo mercado escravo ao longo dos séculos XVIII e XIX. Aí reside a génesis dos processos de opressão que subjugaram mulheres negras, indígenas e quilombolas, enquanto empregadas domésticas submetidas a condições desumanas e/ou de escravidão, desde o passado colonial até aos dias de hoje. A principal dirigente do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Estado da Bahia (Sindomésticas), Creuza Oliveira, foi um elemento crucial no desenrolar desta investigação, desde logo pela riqueza da sua história de vida, pela acutilância da sua consciência enquanto mulher, negra e desde criança marcada pela pobreza e exclusão, trabalhando ao serviço de famílias brancas de classe média. A combatividade e o ativismo sindical desta mulher inscrevem-se no quadro de uma cultura de humilhação e resistência da condição negra; e revela ao mesmo tempo como a exploração e opressão são simultaneamente classistas, raciais e patriarcais. Este caso mostra como o movimento sindical e o movimento negro se conjugam com a luta feminista e da classe trabalhadora mais explorada num combate que, apesar de todas as dificuldades, já alcançou conquistas significativas nos direitos das domésticas.

Um segundo exemplo de diálogos onde se cruzam linguagens e esquemas teóricos de diferentes tradições foi o que desenvolvemos na programação e edição do livro «*Re-trabalhando as Classes no Diálogo Norte-Sul*» (S. Paulo, editora UNESP, 2024), no qual foram mobilizados estudos e propostas de análise a partir de contributos da sociologia, incluindo equipas, quer da Europa e dos EUA, quer do Brasil e outros países da América-Latina. Tal como no caso anterior,

também aqui se tentou promover pontes e relações entre linhas de abordagem diferenciadas, mas abertas a manter e aprofundar pontos de contacto com outras linguagens. Subjacente a esta proposta esteve a preocupação de mostrar, por um lado, as profundas clivagens entre olhares fundados em epistemologias eurocéntricas e, por outro, os que pretendem resgatar as visões do Sul Global e se colocam na perspetiva dos contextos periféricos do sistema mundial. Assim, procurou-se recolher contributos de sociólogos inseridos em instituições universitárias e centros de pesquisa do Norte e do Sul, no sentido de promover novos diálogos e abrir caminho a linhas de aproximação e conexões entre abordagens e temas contrastantes. Esta proposta vai igualmente ao encontro de programas de cooperação científica e de intercâmbio académico que temos vindo a estimular desde há várias décadas, o que constitui um traço distintivo da sociologia da Coimbra desde a origem.

Por fim, merecem referência dois projetos em rede onde participámos, envolvendo os dois países ibéricos e alguns latino-americanos. Um deles foi o LATWORK (Mapping the context of the research needs on Informal jobs and informal economy at Latin-American HEIs), que envolveu nove universidades da América Latina (Brasil, Argentina e Chile), a UC e a Universidade de Alicante, Espanha. O outro, que está em curso, é o NETeJOB (que visa fortalecer e criar redes de conhecimento no campo da digitalização e seus impactos nas condições de trabalho na América Latina). Beneficiando ambos de financiamentos europeus (programa Erasmus+), são programas centrados no mundo do trabalho. O primeiro visava mapear os centros de pesquisa e as suas necessidades no combate ao emprego informal nos referidos países da AL; enquanto o segundo procura contribuir para um levantamento sistemático do crescimento das plataformas digitais e seu impacto no campo laboral nos mesmos países (acrescidos do Equador), mantendo as duas universidades europeias como responsáveis pela programação e formação das diferentes equipas. Os ciclos de encontros e a amplitude das redes de intercâmbio que estes

projetos têm animado nos últimos anos, revelam-se de grande importância, não apenas pelos resultados dessas pesquisas e modalidades de ação, mas em especial por aquilo que acrescentam no plano do diálogo entre diferentes ambientes e tradições de pesquisa. Colocar em confronto e criar contextos de proximidade e intercâmbio interdisciplinar a partir de experiências e universos culturais e académicos distantes, constituem fatores decisivos para o enriquecimento sociológico e interconhecimento recíproco, além de permitirem transpor barreiras culturais, tantas vezes fundadas no preconceito e no ressentimento.

Em suma, pode dizer-se que a diversidade de públicos se estende para lá do campo académico – apesar de constituídos por equipas de académicos – considerando que os objetivos se dirigem a processos de intervenção, que incluem diálogos com atores sociais ligados à economia e à esfera laboral em geral, o que, direta ou indiretamente, comporta formas de ação que podemos incluir como experiências no campo da sociologia pública. ■

A colaboração, a posicionalidade e a contaminação

Joana Sousa

Investigadora no Centro de Estudos Sociais

Imaginar o mundo sem a ampla e diversa colaboração que o formou, aproximar-se-ia de um exercício de imaginação do vazio. A maior parte das realidades, imaginários e processos, se não exatamente todos, são colaborativos, mesmo que apenas alguns sejam identificados, reconhecidos e conscientes. Recorrendo a uma noção abrangente de colaboração, que inclui coprodução, reciprocidade, ajuda mútua, simbiose, parceria, sinergia, entre outros, encontramo-nos perante modos de construção e reprodução da vida e das suas expressões ecológicas, políticas, sociais, económicas e culturais. Se estreitarmos a ideia de colaboração às formas de colaboração que são reconhecidas, conscientes e desejadas encontramo-nos perante desafios específicos.

Circunscrevendo-me ao campo da colaboração em contexto de investigação académica, e particularmente à pesquisa colaborativa, investigação engajada, investigação-ação, entre outras, a colaboração é confrontada com a necessidade de contornar, reconfigurar ou enfrentar silos disciplinares, estruturas institucionais vocacionadas a tratar o desempenho individual e a performance financeira, pensamentos e práticas normativas e mecanismos que reproduzem o exercício do conhecimento como campo de formulação de prestígio. Da mesma forma, pensar a colaboração como processo de diálogo interdisciplinar, promotor de saberes transdisciplinares que ambicionam agir coletivamente sobre ideias, políticas e realidades requer, inevitavelmente, o encontro com a historicidade das ideias dominantes e os modos considerados legítimos para a sua produção e respetivas instituições e regulamentos. **Se o lugar académico onde a pesquisa colaborativa nasce for o da imposição de lugares de confinamento será necessário, tão urgentemente quanto possível, escapar-se-lhes. Sem espaço e desafogo, e sem a brisa que circula e traz as ideias, o que resta à colaboração, se ela é necessariamente aberta e criativa?** Apresentadas algumas pistas para imaginar as diversidades e adversidades dos lugares potencialmente colaborativos a partir de contextos académicos, partilho um par de ideias que me parecem poder nutrir lugares de entendimento, escuta, pensamento e ação conjunta para desanuviar confinamentos.



Foto: Cíntia Fachada

As ideias que apresento de seguida não são hierárquicas, mutuamente exclusivas, ou finitas. A partir de duas ideias já tratadas na bibliografia – posicionalidade e contaminação – vou apresentar a sua utilidade quanto ao estabelecimento de processos colaborativos que possam, por um lado, produzir condições coletivas distintas daquelas que compõem a soma das individualidades e, por outro lado, potenciar interações de bem-estar. A relação colaborativa só se mantém se for de alguma forma vantajosa. Sendo mais explícita, a criatividade e o prazer são fundamentais à colaboração, e a posicionalidade e a contaminação devem servir-lhes.

A posicionalidade, enquanto conceito, foi amplamente estudada e relacionada com ideias como a alteridade, a interseccionalidade, o conhecimento situado, entre outras. Vou demorar-me apenas nas perguntas, caminhos e recursos que me observei a usar, aprendendo enquanto vivia. Para se conhecer o lugar a partir do qual se está disponível para um processo colaborativo, não será demais a pessoa perguntar-se: Por onde se tem demorado o meu olhar? Onde estive? A quem estive atento? De que forma isso me moldou? E como a forma que tomei potencia e limita aquilo a que sou sensível, o que consigo ouvir e entender? Consigo entender o que não me é transmitido explicitamente, o que me escapa? Os lugares, disciplinas (e interdisciplinas), as perspetivas e expectativas nas quais se enraíza a história de cada pessoa oferecem caminhos possíveis de colaboração. Também o nosso sistema nervoso e sensorial, o equipamento cognitivo e simbólico, a memória do corpo que nos compõe, oferecem igualmente possibilidades específicas de colaboração. Assim, o encontro de pessoas diferentes limita o possível: o encontro abre, tanto quanto fecha, possibilidades e é precisamente a partir desse abrir e fechar que aparece a unicidade e originalidade que os encontros colaborativos produzem. Construir juntos exige uma observação de nós próprios, do chão que pisamos, do horizonte para o qual olhamos na esperança de não estarmos empedernidos – à colaboração é útil a permeabilidade da osmose, a maleabilidade do aço e a subtileza da pétala, vindos de cada pessoa à sua maneira.

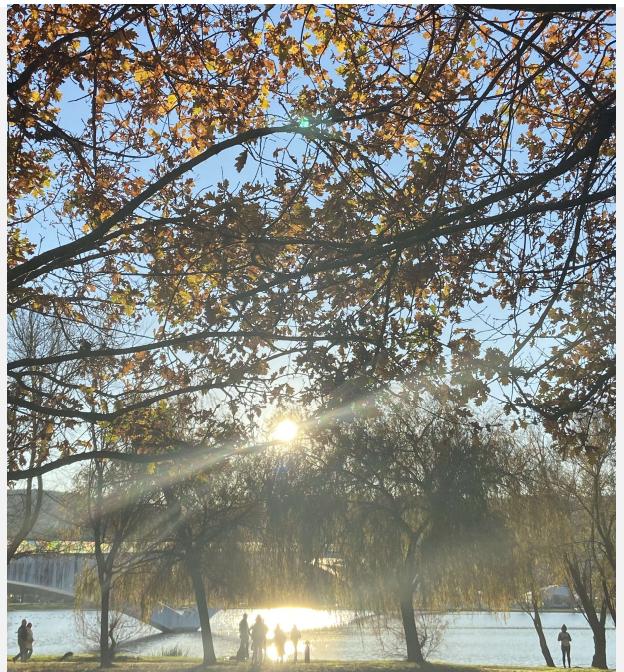
A segunda ideia, contaminação, parece-me particularmente inspiradora. Ela chegou-me dos conceitos como *“contaminated diversity”*,

“contaminated history” e *“slow disturbance”* apresentados pela Anna Tsing num ensaio que enche o Antropoceno de esperança. Aqui reconfiguro, de certa forma, a ideia de contaminação para a definir como um processo que perturba as individualidades, e que através do relacionamento, da troca de ideias e da experiência conjunta, conduz à absorção cruzada de bocados de ideias, perspetivas, experiências partilhadas pelos sujeitos implicados na colaboração. Utilizei o termo “bocados” deliberadamente, porque a contaminação acontece através de ideias que não sofrem transformação ao serem comunicadas, mas também pode resultar de entendimentos parciais, ou mesmo de mal-entendidos (no sentido de *misunderstandings*) e que, inadvertidamente, contaminam a colaboração ao ser naturalmente integrados nela. Mesmo esta contaminação pode ser uma fonte de originalidade potencialmente apta a contribuir também para os processos criativos. Colaborar significará, assim, com certa inconsciência, deglutir parte dos modos de pensar, modos de fazer e modos de ser de sujeitos, humanos e não humanos, implicados na colaboração e que, esperançosamente, transformará a todos irreversivelmente.

Neste texto entendeu-se a colaboração no sentido profundo, na medida em que acontece de modos não mensuráveis, e para os quais a imagem das posicionalidades em contaminação referida acima poderá ser útil apenas no sentido de os corporalizar.

Boas intenções à parte, é importante ter presente a consciência de que o Norte Global – aqui denominado no sentido não geográfico e referindo-se a lugares de poder, privilégio e dominação largamente constituídos com processos coloniais –, incluindo necessariamente as suas universidades, carrega o legado histórico e mesmo práticas correntes que convidam à desaprendizagem da colaboração.

Reaprender a colaboração, significará, talvez, procurá-la, vivê-la, observá-la, escrever sobre ela, enriquecê-la de vocabulário inventado – para que possa existir à força, reclamar o tempo que ela demora e abraçar a possibilidade de contaminação como movimento perpétuo de esperança que, ao fim e ao cabo, de forma mais ou menos consciente, tem sido a principal força de construção de possibilidades. ■



Cidades e inovações democráticas: oportunidades e desafios de uma governança inclusiva e sustentável

Roberto Falanga

Investigador do ICS-UL; Doutorado em Democracia no Século XXI (CES/FEUC)

Cidades no contexto global

Atualmente, cerca de 57% da população mundial vive em áreas urbanas ou em vias de urbanização e estima-se que cerca de 2 mil milhões de pessoas habitarão cidades até 2050. Neste contexto, a implementação de modelos competitivos de desenvolvimento urbano, adaptados a contextos globais distintos, tem vindo a alterar significativamente os modos de vida urbanos, intensificando também as desigualdades sociais. Este panorama tem-se agravado através de múltiplas crises – financeira, sanitária e climática – e de tendências populistas e autoritárias a difundir-se num número crescente de países.

As cidades são, assim, centrais para entender os desafios do nosso século, nomeadamente na governação de redes complexas nos processos de decisão. A análise da participação dos cidadãos em decisões públicas que afetam a governação urbana deve considerar as crescentes disparidades

socioespaciais num contexto global em transformação. Entender se e como essas práticas podem promover cidades inclusivas e sustentáveis é uma interrogação que necessita da nossa maior atenção.

Inovações democráticas

Nas últimas décadas, a importância de um maior envolvimento da sociedade civil nos processos democráticos tem sido sublinhada no debate público. Movimentos progressistas e organizações da sociedade civil têm desempenhado papéis cruciais a este propósito, enquanto instituições e representantes eleitos têm vindo a explorar, cada vez mais, canais alternativos à participação eleitoral. O conceito de “inovações democráticas”, introduzido por Smith (2009), visa sistematizar o conhecimento produzido nas últimas décadas sobre práticas participativas que procuram mitigar limitações ou até défices democráticos. Tais inovações são sobretudo lideradas pelo Estado, com foco na melhoria das políticas públicas, apesar de os cidadãos terem também um papel relevante em iniciativas de baixo para cima.

A literatura científica aponta que a escala local oferece um contexto favorável à inovação democrática. Segundo Häkiö (2012), práticas locais promovem um desempenho democrático mais responsável e permitem uma partilha de responsabilidades mais eficaz. Michels e De Graaf (2010) argumentam que a participação local ajuda a reduzir o fosso entre cidadãos e governos, aumentando a legitimidade democrática e a qualidade das decisões. Tahvilzadeh (2015) reforça que a participação urbana revitaliza a democracia local, fortalecendo a relação entre cidadãos e governos.

Desigualdades estruturais

Cada vez mais, o incentivo à participação não se limita à escala local, visando-se a realização de processos de decisão mais inclusivos a todos os níveis de decisão política. A inclusão social torna-se assim um conceito central nas inovações democráticas, porque as práticas participativas não podem ignorar os desafios de crises que são cada vez mais sistémicas e que afetam a democracia no curto, médio e longo prazo.

Por estas mesmas razões, não podemos falar de inclusão social sem ter em conta os objetivos de sustentabilidade social. Contudo, muitas práticas participativas falham em reconhecer a atual fragmentação social e as implicações futuras da polarização política, ignorando aliás o descontentamento difuso entre grupos marginalizados e não só.

A inclusão de comunidades historicamente sub-representadas em práticas participativas tem sido defendida como objetivo essencial para a produção democrática do espaço urbano. Desde a década de 1960, o “direito à cidade” de Henri Lefebvre (1968) tem avançado uma ideia de reestruturação das relações sociais, políticas e económicas no espaço urbano através de uma maior consciência coletiva e da participação ativa dos cidadãos, em particular dos mais prejudicados pelas políticas neoliberais. Contudo, alguns académicos alertam para o risco de desviar o foco dos problemas estruturais, transformando a participação dos mais vulneráveis numa especialização governamental que coloca o ónus em ações de autoajuda.

Reflexões conclusivas

As cidades enfrentam desafios globais que moldam a política local. As inovações democráticas nos contextos urbanos exigem uma análise crítica das condicionantes sócio-espaciais em que os cidadãos são chamados a intervir, sem perder de vista os problemas estruturais e de natureza transcalar por trás das desigualdades sociais.

Colocar a inclusão social no centro da reflexão sobre inovação democrática nas nossas cidades implica, portanto, reconhecer que a participação pode e deve transcender a escala local. Como destacaram Mohan e Stokke (2000), há mais de 20 anos, a desconexão entre participação local e questões supralocais pode despoliticizar as lutas sociais. Por isso, fazendo eco a Purcell (2005), o urbano não é “mais local” que o nacional ou global. Os desafios contemporâneos das cidades demonstram que a escala local, por si só, não pode ser o único laboratório de experimentação democrática, assim como não pode ignorar a complexa articulação de decisões transnacionais

que influenciam a governação urbana (Falanga, 2024).

Uma participação mais inclusiva e sustentável nas nossas cidades requer tanto conhecimento como assunção das responsabilidades coletivas pelas desigualdades estruturais que afetam comunidades marginalizadas. Só com este pressuposto será possível transformar as inovações democráticas em palco de disputas entre diversos atores para a governação urbana e capacitar as cidades para os desafios do presente e do futuro.

Referências bibliográficas

- Falanga, R. (2024). “Democratic innovations: Is the local scale (still) the ideal laboratory for democracy?”, *Local Government Studies*, 50 (6), 1052–1061.
- Häikiö, L. (2012). “From innovation to convention: Legitimate citizen participation in local governance”, *Local Government Studies*, 38 (4), 415–435.
- Lefebvre, H. (1968). *Le droit à la ville*. Paris: Anthropos.
- Michels, A.; de Graaf, L. (2010). “Examining citizen participation: Local participatory policy making and democracy”, *Local Government Studies*, 36 (4), 477–491.
- Mohan, G.; Stokke, K. (2000). “Participatory development and empowerment: The dangers of localism”, *Third World Quarterly*, 21 (2), 247–268.
- Purcell, M. (2005). “Urban democracy and the local trap”, *Urban Studies*, 43 (11), 1921–1941.
- Smith, G. (2009). *Democratic innovations: Designing institutions for citizen participation*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Tahvilzadeh, N. (2015). “Understanding participatory governance arrangements in urban politics: Idealist and cynical perspectives on the politics of citizen dialogues in Göteborg, Sweden”, *Urban Research & Practice*, 8 (2), 238–254. ■

Bairros informais: entre narrativas estabelecidas e emergentes

Mehmooda Maqsood

Doutoranda em Sociologia – Cidades e Culturas Urbanas (FEUC/CES)

Bairros precários, cortiços, bairros de lata, cidades informais, assentamentos ilegais, áreas ocupadas, franjas, margens, espaços não planeados são algumas das expressões estabelecidas para designar certos bairros das cidades das geografias do sul. Algumas terminologias emergentes introduzem outras expressões, como bairros gerados pelos utilizadores, interfaces, urbanismo subalterno ou arredores. Há ainda outros termos bem conhecidos e de teor mais local, como *kachchi-abadi* no Paquistão, favela no Brasil, musseque em Angola, acampamento em Moçambique ou *barrio clandestino* em partes da América Latina. Uso aqui o termo guarda-chuva "bairros informais" para explorar as categorias estabelecidas e emergentes acima mencionadas, que moldam os entendimentos públicos e académicos dos lugares aos quais se referem. Além disso, abordo a relação entre esses termos e os métodos de pesquisa que eles implicam.

Os bairros informais ocupam um papel central no tecido urbano das cidades nas geografias do sul, onde têm sido objeto de interesse para as organizações internacionais de desenvolvimento, as autoridades nacionais de planeamento e a academia. As narrativas estabelecidas em torno dos bairros informais são tipicamente moldadas por organizações internacionais de desenvolvimento, que os definem frequentemente como lugares "não planeados, que carecem de propriedade garantida, infraestrutura urbana e serviços básicos" (Habitat, 2021). As autoridades de planeamento, por sua vez, caracterizam-nos habitualmente como áreas "ilegais" que escaparam totalmente ao controle municipal (Echanove, 2013). Nos últimos 50 anos, a academia reproduziu amplamente essas definições, usando índices globais baseados em padrões não localizados para suportar os seus métodos de investigação (Giwa,

2015). Usando estas descrições como pretexto, os mesmos grupos procuram definir melhor estas áreas, apelam a mais investigação externa e promovem projetos para "melhorar" os bairros assim qualificados.

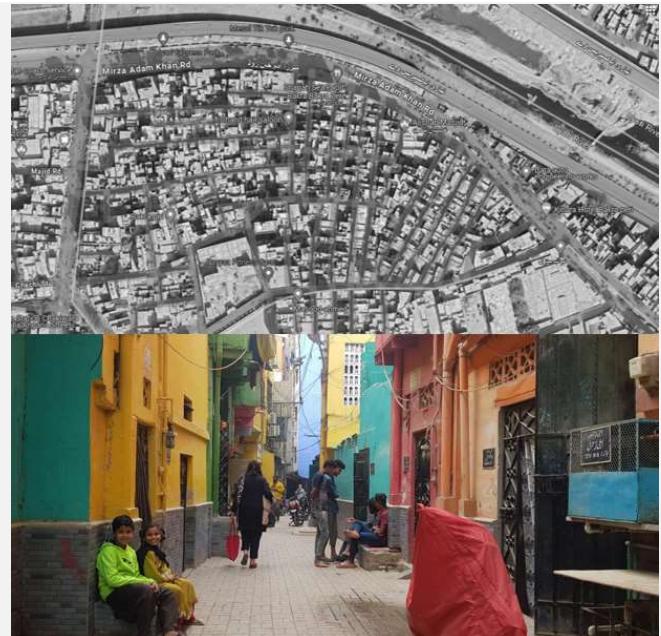


Foto: Aroosa Mushtaq

Legenda: As duas imagens contrastantes fornecem perspetivas distintas do bairro informal de Lyari, Karachi. A vista aérea destaca um layout denso e intrincado, muitas vezes rotulado como não organizado, *ad hoc* ou não planeado. Em contrapartida, a perspetiva ao nível da rua revela uma cena quotidiana vibrante, refletindo ordem, planeamento, infraestruturas e serviços essenciais dentro da comunidade.

Termos como "não planeado" ou "ilegal" influenciam significativamente o discurso académico sobre os bairros informais, ditando o modo como os investigadores os estudam. Os índices com os quais os bairros informais são medidos e avaliados, os métodos que são empregados e a forma como as intervenções são concebidas e implementadas estão diretamente relacionados com esses termos. Os índices globais usam em regra métricas redutoras, que não são sensíveis aos contextos. Por exemplo, usar o número de escolas ou de alunos matriculados para medir a alfabetização, ou a falta dela, ignora práticas educacionais baseadas em competências e sistemas de conhecimento locais. Da mesma forma, a atividade económica é frequentemente avaliada sem considerar as economias informais ou as diversas estratégias de geração de rendimento que prevalecem nesses bairros.

Os quadros jurídicos também são avaliados com base no direito estatal, ignorando os múltiplos sistemas jurídicos alternativos em jogo nessas comunidades, incluindo as leis indígenas e o direito consuetudinário (Echanove & Srivastava, 2016).

Comum a estas abordagens estabelecidas é um enquadramento dos bairros informais como *lugares de desespero*, que necessitam de intervenção externa para melhoria (Eckstein, 2002). Tais abordagens desconsideram as complexas redes sociais locais e as estratégias adaptativas que os moradores desenvolveram ao longo do tempo para navegar nos seus ambientes, assim como a riqueza de práticas locais, que poderiam servir como ferramentas para criar conhecimento compartilhado que moldasse as definições e os métodos de investigação.

As narrativas emergentes estão a afastar-se de termos como favelas e assentamentos ilegais. Multiplicam-se pesquisas que não tratam mais o informal apenas como um setor, um cenário ou um resultado, mas antes como *lugares de análise crítica* (Banks, Lombard, & Mitlin, 2020; Müller, 2019). Dentro desta perspectiva, os analistas veem os bairros informais não como partes isoladas da cidade, mas como espaços relacionais interligados com outros bairros e com o tecido urbano mais amplo, que coletivamente molda a cidade.

As metodologias de investigação nas ciências sociais exigem uma maior precisão. Os cientistas sociais têm-se questionado sobre a relevância da pesquisa colaborativa nas geografias do sul, identificando inúmeras questões relativas à ética, à política e à responsabilidade na produção de conhecimento (McFarlane e Waibel, 2012). Colocam maior ênfase na reflexividade e posicionalidade dos investigadores e no uso de metodologias colaborativas, que promovam abordagens situadas e se demarquem da violência epistêmica associada à pesquisa dominante no século XX (Bremner, 2022; Bukamal, 2022). Esta postura endossa o entendimento de que os métodos de investigação fazem mais do que documentar conhecimento – eles produzem ativamente conhecimento (Law, 2004).

O surgimento de novos termos, como *surrounds* de AbdouMaliq Simone, *homegrown*

neighbourhoods de Matias Echanove, *subaltern urbanism* de Annanya Roy, *interfaces* de Seth Schindler ou *assemblages* de vários autores, reflete perspectivas em evolução. Essas perspectivas requerem novos índices, taxonomias e metodologias de pesquisa que representem as experiências vividas pelas comunidades. Os proponentes de novas estratégias de pesquisa argumentam que tais metodologias devem estar enraizadas nas realidades das comunidades e desafiar as terminologias estabelecidas para descrever situações de informalidade. Devem refletir a complexa realidade socioespacial onde diversas tipologias de bairros se interligam e sustentam articuladamente o tecido urbano, priorizando o conhecimento local e abordagens comunitárias para análise e interpretação.

Referências

- Banks, N.; Lombard, M.; Mitlin, D. (2020). "Urban Informality as a Site of Critical Analysis". *The Journal of Development Studies*, 56 (2): 223-238.
- Bremner, L. (2022). *Monsoon as Method: Assembling Monsoonal Multiplicities*. Actar.
- Bukamal, H. (2022). "Deconstructing insider-outsider researcher positionality". *British Journal of Special Education*, 49(3): 327-349.
- Echanove, M. (2013). "Beyond the Informal: Reconceptualizing Mumbai's urban development". *MMG Working Paper Max Planck Institute for the Study of Religious and Ethnic Diversity*, 13-13.
- Echanove, M.; Srivastava, R. (2016). "This is Not A Slum: What the World can Learn from Dharavi". *World Policy Journal*, 33(2): 19-24.
- Eckstein, S. (2002). "Urbanization Revisited: Inner-city Slum of Hope and Squatter Settlement of Despair". *World Development*, 18 (2): 65-181.
- Giwa, A. (2015). "Insider/Outsider Issues for Development Researchers from the Global South". *Geography Compass*, 9 (6): 316-326.
- Habitat, U. (2021). *Housing, Slums and Informal Settlements*. Obtido de Urban Indicators Database: <https://data.unhabitat.org/pages/housing-slums-and-informal-settlements>
- Law, J. (2004). *After Method. Mess in Social Science Research*. Routledge.
- McFarlane, C; Waibel, M. (Eds.) (2012). *Urban Informalities. Reflections on the Formal and Informal*. Routledge
- Müller, F. (2019). "A Performative Approach to Urban Informality". *Anthropologica*, 61 (1): 64-77.
- Roy, A. (2011). "Slumdog Cities: Rethinking Subaltern Urbanism". *International Journal of Urban and Regional Research*, 35 (2): 223-38.

Traduzido do original em inglês por Claudino Ferreira ■

Investigação, ativismo e trabalho na comunidade: pode a ciência sentir amor sem deixar de ser ciência?

Maria Giulia Pedalino Pinheiro

Doutoranda de Discursos: Cultura, História e Sociedade (CES/FLUC/FEUC)

O presente ensaio pretende refletir sobre a relação entre ciência, ativismo e trabalho direto na comunidade. Ativismo, aqui, é entendido como amor e proximidade daquilo sobre o que se escreve e se reflete criticamente, sentimento que se reflete em ação direta na sociedade. Compartilharei neste processo algumas das dúvidas que me acompanham desde o início da pesquisa de doutoramento a respeito do Núcleo de Dramaturgia Feminista (NDF), criado por mim em 2017 e ativo até os dias de hoje.

Em agosto de 2017, em São Paulo/Brasil, comecei a desenvolver um curso cuja pergunta disparadora era: o que é uma dramaturgia feminista? Não em conteúdo, mas em seu aspetto formal, estrutural, lógico: como contar uma história sem reproduzir as violências e dinâmicas de opressão do sistema capitalista, patriarcal e de supremacia branca? Concomitante a isso, busquei uma aliança académica que ajudasse a refletir sobre os nós dessa pesquisa. E foi assim que realizei o trabalho “Objetos que gritam: a poesia como criação alternativa à lógica da cultura patriarcal” (2017/2018), na Universidade de São Paulo. Foi nesse processo de escrita e busca por uma fundamentação nos estudos de arte e de educação que o NDF se consolidou.

A partir de então, o NDF foi pensado como uma metodologia de afirmação da tradição feminista na arte. Começamos a trabalhar com artistas mulheres, buscando o que elas fizeram em seus tempos históricos, seja estética ou eticamente. O NDF tornou-se um local de pesquisa artística autônomo, que visa articular esses quatro campos:

a crítica à estrutura patriarcal na linguagem, a importância de levantamento da tradição feminista, a construção de espaços de troca presencial com protagonismo feminino e a criação de Imaginários feministas. Desde então, mais de 400 pessoas de 9 países (Alemanha, Angola, Austrália, Brasil, Chile, Portugal, Moçambique, EUA, Países Baixos) e diversas regiões do Brasil fizeram as aulas do NDF. São muitos os livros, as peças, os espetáculos, as pinturas, enfim, as obras que foram criadas a partir dos encontros do NDF. Com esse crescimento, percebi a necessidade de voltar à pesquisa científica para encontrar os novos contornos das descobertas.

Em 2022/2023 ingressei no programa de doutoramento “Discursos: Cultura, História e Sociedade”, por ter uma proposta híbrida entre a literatura, a sociologia e os estudos históricos, para dar estofo crítico-científico a essa pesquisa, que parte de uma premissa de ativismo criativo, consciente de que um dos campos de batalha é o do Imaginário. A intenção ao entrar na academia é articular o estudo que acontece fora dos muros universitários a essa linguagem.



Foto: Cíntia Fachada

Uma das questões que veio da migração de áreas surgiu com a resposta negativa ao meu pedido de financiamento na FCT, que foi, entre outros motivos, assim justificado: “Tratando-se de uma candidatura marcadamente ativista, é essencial assegurar que o exercício de reflexão e análise, características indispensáveis a uma tese de doutoramento, não fica comprometido” (FCT, Relatório de Avaliação, candidatura 2024.02198.BD, 2024). É possível ser científico, crítico, reflexivo, partindo de um ponto de vista “ativista”? Afinal, se nem a forma da dramaturgia pode ser neutra, porque a ciência seria? Como entender o trabalho acadêmico separado do nosso impacto social? Trabalho em comunidade, ativismo e criação artística são impeditivos para uma investigação acadêmica de qualidade dentro das ciências humanas?

Ao assumir uma perspectiva declaradamente situada, parcial e implicada, não percebo um enfraquecimento, mas um alargamento das possibilidades do saber. A ciência é feita por sujeitos históricos e afetados, com corpos, emoções, paixões e, principalmente, imaginários, e reconhecê-lo é não apenas um ato político, mas também epistemológico, que desafia a suposta neutralidade do universal (Kilomba, 2019). Supor que o rigor é sinônimo de distanciamento é também supor que existem corpos que não são afetados por seus objetos de estudo. O rigor não implica uma não afetação, mas cuidado ético e metodológico que permita a outros dialogar, reinterpretar e até expandir o que foi produzido. É essa multiplicidade de saberes situados (Haraway, 2009), entrelaçados e replicados que nos oferece a chance de subverter as estruturas coloniais, brancas e patriarcais de pensamento, abrindo espaços para imaginar novas formas de ser, criar e pesquisar no mundo.

E de contar histórias.

Foi o ativismo que me levou à criação do NDF. Foi a ação direta na sociedade que me levou à pesquisa acadêmica. E talvez a pesquisa

acadêmica me retorno ao ativismo, uma vez que o maior desejo do doutoramento é o de que suas descobertas sejam encontradas, reproduzidas e replicadas por outras pessoas. Os trabalhos científicos de distanciamento do objeto, reflexão crítica e compartilhamento de saber fazem parte da execução deste desejo e, sem isso, ele não será satisfeito. Entretanto, o processo de criação do NDF e a percepção de que não existe uma dramaturgia neutra, devolvem-me agora um espelho nas ciências: assim como a estruturação da dramaturgia patriarcal dita como a forma canônica do gênero no Ocidente é calcada em valores hegemônicos, a ciência positivista não é neutra, mas é também ela própria ativista de certas premissas que norteiam um Imaginário. Diversas pensadoras e pensadores propuseram formas de estar em contato com o estudo sem a relação hierárquica entre o pesquisador e o objeto de pesquisa. Ainda assim, há certa desconfiança de saberes que suam, amam, trocam e, como diz Paulo Freire (1997), não aceitam a dicotomização do cognitivo e do emocional. Aprender e ensinar com o corpo inteiro remove as fronteiras entre um e o outro. No processo de aprender, ensina-se e vice versa. As emoções, os desejos e os medos, assim como as dúvidas e as paixões, envolvem o fazer crítico e não impedem o exercício de reflexão e análise, muito pelo contrário: tornam-no vivo.

Referências

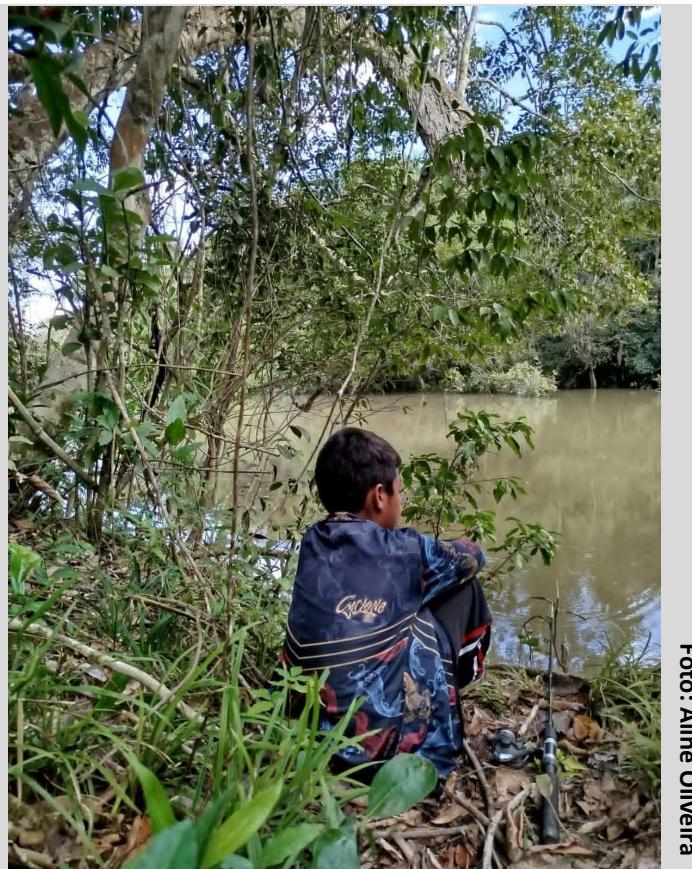
- Haraway, D. (2009). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó.
- Freire, P. (1997). *Professora, sim; tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho d'água. ■

Entre distâncias e proximidades

Relato de experiência sobre a (re) construção da relação com o povo indígena Terena

Aline Oliveira

Doutoranda em Antropologia (ICS-UL)



“Os sonhos não envelhecem”. Foi com essa frase, retirada da música *Clube da Esquina II*, que iniciei a trajetória de escrita da minha dissertação. A escolha dessa frase reflete a realização de um sonho: o de revisitar a antropologia e resgatar projetos que estavam guardados nas gavetas da vida. Afinal, retornei à aldeia Kopenoty, no Estado do Mato Grosso, Brasil, dezessete anos depois de ter pisado pela primeira vez naquele chão de terra batida e vermelha.

A minha entrada no mestrado em “Antropologia, Globalização e Crises Climáticas”, na Universidade

de Coimbra, trouxe inicialmente a intenção de escrever uma tese essencialmente teórica. A ideia era comparar duas epistemologias indígenas, buscando evidenciar e valorizar as contribuições de formas de produção acadêmica não ocidentais. Com isso, não planejava realizar trabalho de campo, já que o deslocamento até a aldeia exigiria recursos financeiros que, como estudante, eu não possuía.

Havia uma frustração em minha decisão, pois foram os Terena do Norte (assim se identificam) que, lá atrás, entre 2006 e 2007, me ensinaram o que é a antropologia. Naquele momento, ainda na condição de Assistente Social, tive a oportunidade de vivenciar, com esse povo, minha primeira experiência antropológica – sem teorias, sem distinção entre antropologia e etnografia. Eu levava comigo apenas o desejo de realizar um trabalho que buscava o fortalecimento dos vínculos dessa comunidade, além da defesa e promoção dos direitos sociais por meio das políticas públicas vigentes à época, especialmente através do programa do Governo Federal Brasileiro.

Contextualizar essa trajetória é fundamental, pois desde o início do mestrado o meu objetivo estava relacionado a realizar um trabalho de campo com os Terena, uma vez que no final de 2006 acompanhei o processo de transição para a então reivindicada Terra Indígena Iriri Novo, na Amazônia Brasileira. Essa terra representava uma oportunidade de retomada do modo de vida e de ser Terena, após uma luta que já se estendia por quase duas décadas. Foi um processo que pude vivenciar de perto e, posteriormente, acompanhar à distância – via ali uma oportunidade de desenvolver um trabalho documental que registrasse os deslocamentos migratórios do povo Terena (para lá da participação que tiveram na Guerra do Paraguai), as perdas sofridas ao longo dos caminhos, além dos trânsitos de resistência que os conduziram até a Terra Indígena Iriri.

Além disso, cultivava em mim a curiosidade de entender como os Terena, acadêmicos e não acadêmicos, constroem o fazer-saber-científico dentro e fora de suas aldeias. Acredito na riqueza das trocas de saberes e na possibilidade de estabelecer uma relação entre pesquisadora e pesquisadores, por meio de uma antropologia que se distancia da antropologia clássica. Minha intenção era trabalhar com uma perspectiva colaborativa e dialógica, uma antropologia que envolvesse mais vozes e olhares, uma antropologia “pluridiversa”, tal como os Terena.

No último ano do mestrado, fui surpreendida pela notícia de uma bolsa de estudo específica para acadêmicos indígenas ou para aquelas interessadas em realizar trabalho de campo com populações indígenas. Em novembro de 2023, submeti meu projeto e fui contemplada pela bolsa da Sociedade para a Antropologia das Terras Baixas da América do Sul (SALSA). O (re)encontro, marcado por proximidades e distanciamentos, ocorreu entre o final de março e o final de maio de 2024. Em três meses de trabalho de campo observei a ética e a responsabilidade envolvidas no retorno a esse território. Em uma chamada telefônica com o Cacique José Carlos, da Aldeia Kopenoty, ele afirmou: *“A Aline, como amiga, é bem-vinda. Como pesquisadora, precisarei de uma reunião com as lideranças e a comunidade Terena, para que haja segurança para ambos os lados.”*

A fala do Cacique expõe um sentimento recorrente: o cansaço em relação a pesquisadores que visitam as aldeias, coletam dados e, em seguida, desaparecem, sem retornar. Apesar de meu trabalho anterior ter construído vínculos, minha presença como pesquisadora assumiu um novo significado, marcado por instituições. Esse ponto foi crucial para a colaboração que se deu no âmbito da minha dissertação. Entre acordos, uma questão foi enfatizada por mim - a construção conjunta de dados com os professores indígenas e

com aqueles que, assim como eu, estavam em processo de formação como mestrandos.

Essa dinâmica trouxe uma configuração peculiar ao campo, na qual as relações ultrapassaram os resquícios de uma antropologia clássica, ainda que diferentes posições fossem mantidas – e em circularidades. Em outras palavras, o trabalho de campo se deu em pares: entre uma mestrandanda e mestres, mestrandos indígenas e, principalmente, com a sabedoria ancestral disponibilizada nos diálogos com os anciões e anciãs: as bibliotecas vivas das aldeias do povo Terena do Norte. ■



Foto: Aline Oliveira

Escalas da cultura sob a perspetiva do local

Ana Carolina Louback Lopes

Doutorada em Sociologia – Cidades e Culturas Urbanas (FEUC/CES) *

Nas últimas décadas, o campo das políticas culturais tem assistido a um significativo ganho de protagonismo do tema do “localismo”. Segundo Evans (2023), o localismo constitui um conceito guarda-chuva que se refere à devolução de poder de um controle central para agentes sociais da linha de frente, instituições de base comunitária e comunidades locais, a partir de um acordo comum. À parte das diferentes estratégias e formatos que podem dar corpo a tal abordagem, um ponto central é a própria compreensão do conceito de “local”. Ao mirar as relações entre as políticas culturais e as práticas de produção artístico-cultural realizadas pelas periferias de grandes centros urbanos, minha pesquisa doutoral (Lopes, 2024) buscou rever tal noção, para então estabelecer suas conexões com o terreno.

No início dos anos 2000, mediante as contundentes transformações promovidas pela globalização, muito se discutiu em torno do binômio global-local. Teorias recentes passaram, contudo, a sugerir relações mais complexas, fundamentadas em um maior hibridismo. Partindo da perspectiva de que “o local é global” e “o global é local” – ou, ainda, “multilocal” –, Herod (2008: 224) defende a compreensão de tais instâncias não como “locações”, mas sim enquanto “processos”, o que incide em leituras menos hierárquicas e mais entrelaçadas – “teias de aranha”. Com base em tal abordagem, Bell & Orozco (2023) apostam na pertinência do conceito de “geografias translocais”. Ao focar nos fluxos, arranjos e conexões entre localidades, a proposta visa apreender subjetividades, práticas e imaginários oriundos de ligações multiescalares e multilocais entre os territórios. Se Castells (1996) defendia o global como o espaço dos fluxos e o local enquanto o espaço dos lugares, delineia-se o entendimento do local enquanto parte de uma malha de conexões – articuladas e até mesmo sobrepostas –, dentro da qual assumirão distintos

posicionamentos a partir do recorte sob o qual é apreendido.

Com vista a explorar essas diferentes geografias do local, o recurso à leitura em escalas fez-se uma opção metodologicamente oportuna à minha pesquisa doutoral, fundada na apreensão de perspectivas derivadas particularmente do terreno. Não no intuito de contrapô-las sob uma ótica hierárquica, mas sim na tentativa de destacar a diversidade de perspectivas territoriais passíveis de serem apreendidas a partir do deslocamento do foco de análise. Empenhado em estabelecer diálogos entre iniciativas de produção artístico-cultural nas periferias urbanas de Lisboa e São Paulo, o estudo ocupou-se de explorar as conexões, os fluxos e os lugares estabelecidos por tais iniciativas sobre o espaço urbano, a partir das diferentes escalas do local: comunitária, regional, nacional e internacional.

A leitura do local a partir das distintas escalas permitiu perceber distintos posicionamentos e papéis assumidos pelas práticas selecionadas nos territórios visitados. Enquanto, em âmbito comunitário, a diversidade de carências socioespaciais induz práticas culturais a estabelecerem relações que extrapolam o campo da cultura, na escala regional as conexões culturais acabam por extrapolar limites urbanos. A partir da formação de redes institui-se um ambiente de partilha artístico-cultural entre diferentes grupos, no qual se potencializa a colaboração, o diálogo e a identificação entre fazedores culturais de diferentes periferias. Ao ampliar o foco para a escala nacional, verifica-se a consolidação de um capital político e simbólico, ao passo que tais iniciativas atribuem, por meio da cultura, visibilidade a práticas atreladas a territórios historicamente invisibilizados, disputando narrativas e conferindo-lhes novas identidades. Conforme adquirem projeção, tais redes pressionam pela legitimação da cultura produzida nesses territórios. Assim, ao adentrarem a escala internacional, acabam por não só fortalecer a estima territorial e o sentido de pertencimento, como também por ampliar as esferas de circulação de práticas que, embora periféricas, mostram-se transversais a diferentes nações.

Como enfatizam Bell & Orozco (2023: 54), “escalas nos ajudam a refletir sobre o mundo, mas devemos estar conscientes do papel das escalas na forma como refletimos”. A categorização do papel das práticas culturais em periferias urbanas a partir das diferentes escalas remete à apreensão de diferentes e sobrepostas territorialidades. Ao reconhecer as periferias em sua multiterritorialidade, importa assumir essa complexidade de perspectivas de forma integral. Ao propor tal percepção, advogo pela importância de as políticas culturais pensarem sua territorialização a partir, de um lado, da multiplicidade contida em cada iniciativa periférica, e, de outro, das possíveis similaridades contidas entre a cultura produzida por distintas periferias. Trata-se, assim, de reconhecer as práticas do terreno em suas múltiplas escalas.

Referências

- Bell, D., Orozco, L. (2023). “Scale, the Local and Cultural Policy’s Geographies”, in V. Durrer, A. Gilmore, L. Jancovich, and D. Stevenson (Orgs.), *Cultural Policy is Local: Understanding cultural policy as situated practice*. Palgrave Macmillan, 51–68.
- Castells, M. (1996). *A sociedade em rede*. Paz e Terra.
- Evans, M. (2023). “Bridging the Trust Divide: Understanding the role of ‘localism’ and the ‘local’ in Cultural Policy”, in V. Durrer, A. Gilmore, L. Jancovich, and D. Stevenson (Orgs.), *Cultural Policy is Local: Understanding cultural policy as situated practice*. Palgrave Macmillan, 27–50.
- Herod, A. (2008). “Scale: The local and the global”, in N. Clifford, S. Holloway, S. Rice, and G. Valentine, *Key Concepts in Geography*. Sage, 217–235.
- Lopes, A. C. L. (2024). *Por uma política cultural de dimensão territorial: Diálogos entre periferias urbanas de Lisboa e São Paulo*. Tese de Doutoramento em Sociologia - Cidades e Culturas Urbanas, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- * Pesquisa financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (DOI 10.54499/2020.07011.BD) ■



Foto: Cíntia Fachada

Deambulações de um agente cultural-investigador: observar e escutar para conectar

Tiago Vinagre de Castro

Doutorando em Sociologia - Cidades e Culturas Urbanas (FEUC/CES) *

No projeto INTERMEDIA tenho-me debruçado sobre os intermediários culturais nas dinâmicas de regeneração urbana de base cultural, em cidades de pequena dimensão, em Portugal, partindo dos casos de Abrantes, Caldas da Rainha e Covilhã. O conceito de intermediário cultural e a sua potencial ligação à regeneração urbana suscitaram-me interesse, pois identifiquei-me de imediato com o conceito, pelo trabalho que tenho vindo a desenvolver, enquanto profissional da cultura, em projetos de transformação urbana através da cultura e da participação, desenvolvimento de redes culturais e fomento de práticas colaborativas e de cocriação.

Já no terreno, as visitas de campo serviram para conhecer os contextos urbanos e culturais nos quais os agentes locais trabalham. Visitei locais de trabalho, espaços de intervenção e participei em eventos e atividades. Através de deambulações ao estilo *flâneur*, observei e escutei o espaço urbano e as dinâmicas das comunidades. Nas incursões ao terreno, os encontros levaram a conversas informais que permitiram estabelecer um maior grau de confiança, a par da partilha de informação sobre as pessoas.

As entrevistas foram essenciais para a identificação de outros agentes culturais. Deste mapeamento, não foi possível entrevistar todas as pessoas, por ausência de resposta ou por indisponibilidade. Porém, a certo momento, era essencial avançar. Assumi isso como algo normal e concentrei-me nas pessoas que se disponibilizavam para partilhar. Tal como nos processos participativos que implemento, a participação não é algo que possamos impor.

Neste sentido, surgiram as sessões participativas com os agentes culturais locais, visando um diagnóstico sobre a cidade, a sua evolução e práticas culturais, assim como o estímulo para o trabalho em rede e colaborativo entre agentes culturais, através de um desafio para desenhar uma proposta de projeto cultural coletivo que fomentasse a regeneração urbana local. A partir de uma metodologia de mapeamento, ideação e prototipagem, as sessões proporcionaram um espaço de partilha, discussão e reflexão coletiva. Foi particularmente interessante observar como os participantes se comportavam e relacionavam em grupo. A confrontação de ideias, visões e opiniões, ora similares ora díspares, aliada ao desafio para gerarem conjuntamente uma proposta de projeto, permitiu retirar ilações e compreender melhor como se posicionam e interagem entre si.

A pertinência e urgência deste tipo de espaços-momentos foi reafirmada pela maioria dos participantes. Por exemplo, numa das sessões, apesar de saberem da existência uns dos outros, os participantes nunca tinham estado à mesa a debater a cultura e a sua cidade. Estas dinâmicas são ferramentas de pesquisa e de mudança social, numa lógica de investigação-ação.

O trabalho de investigação tem sido um processo sinuoso, de avanços e recuos, muitas dúvidas e questões, mas, acima de tudo, com imensa curiosidade. A minha maior dificuldade foi separar os papéis de investigador e de profissional da cultura, por ter uma grande afinidade com muitas das pessoas que entrevistei, os seus projetos, ideias, percursos. Facilmente me entusiasmava numa entrevista resvalando para a conversa. No entanto, essa fluidez permitiu criar uma empatia e uma confiança com as pessoas, levando a partilhas mais profundas e ricas do que num guião de entrevista seguido a rigor.

Estes anos de doutoramento permitiram-me evoluir tanto como investigador como profissional da cultura. A ligação entre academia-investigação e sociedade-prática é deveras importante e deve ser fomentada numa lógica de vasos comunicantes. Neste processo, alguns dos agentes culturais estudados tornaram-se amigos, outros parceiros, já não somos desconhecidos uns dos outros, criou-se rede, estamos conectados.

* Bolsa de doutoramento FCT 2020.08826.BD. ■

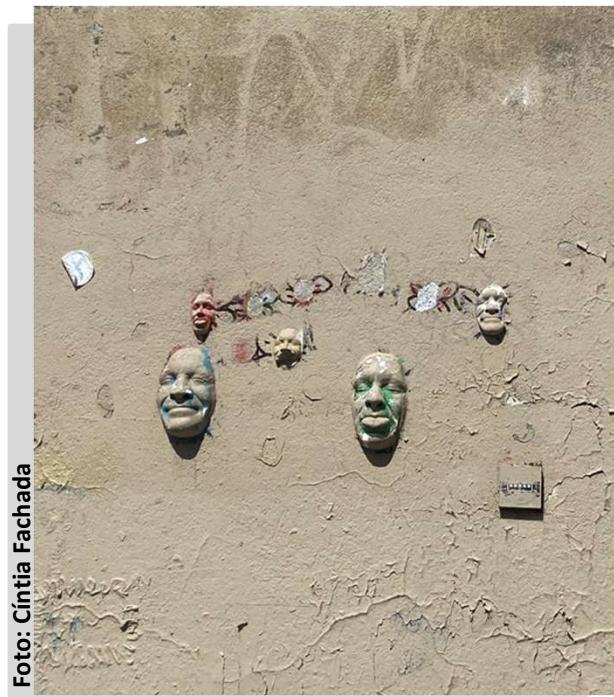


Foto: Cíntia Fachada

Com que linhas te cruzas? Uma experiência colaborativa com O Teatrão

**Leonor Rafael Gomes da Silva e Sofia Moraes
Teles Ferreira**

Estudantes do Mestrado em Sociologia (FEUC)



A sinergia entre a sociologia e a intervenção social pode ser exteriorizada através de abordagens alternativas de produzir ciência e de a materializar, sendo a expressão artística uma das formas mais livres que se dispõem a tal. No distrito de Coimbra, conjugando o teatro no espaço público, praticado pelo O Teatrão na sua missão de democratização da arte, com a necessidade de superar a desvinculação e desinformação das populações na construção de um projeto para os cidadãos, nasceu o “Com que linhas te cruzas?”.

Foi neste contexto que, no âmbito da unidade curricular de Sociologia Aplicada, um grupo de 10 estudantes finalistas da Licenciatura em Sociologia da FEUC co-construíram um projeto com a companhia de teatro O Teatrão, um programa de intervenção social que visou abordar a implementação do novo sistema de mobilidade

urbana em Coimbra, da empresa Metro Mondego, em colaboração com a comunidade abrangida pelo futuro MetroBus.

Durante o 1º semestre de 2023-2024, Beatriz Chumbo, Diana Monteiro, Jessica Mayor, João Pinhel, Leonor Rafael, Mafalda Morgado, Maísa Neves, Nádia Amaral, Paulo Viseu e Sofia Ferreira, estudantes da Licenciatura em Sociologia, mapearam e estruturaram os moldes de colaboração entre a companhia de teatro e as populações interessadas na questão da mobilidade e do MetroBus, produzindo dois espetáculos interpretativos, apresentados durante a fase final da implementação do MetroBus.

Através de uma colaboração entre sociedade civil, serviço público-privado e saberes artísticos, o projeto floresceu, procurando o envolvimento e a participação das populações em todas as suas fases e recuperando a possibilidade de pensar no futuro do distrito em coletivo. Resultou numa criação conjunta de imaginações sobre as repercussões de novas mobilidades, a partir das histórias pessoais nestas linhas e do peso histórico que estas significaram.

A missão da sociologia e dos seus agentes foi de índole dupla, centrando-se: (i) na análise dos impactos sociais desta reconfiguração do espaço público e no mapeamento cultural dos atores sociais envolvidos, visando a participação das populações frequentemente silenciadas em processos de urbanização, como habitantes das periferias e grupos com acesso reduzido a recursos de mobilidade; (ii) no estruturar das formas de colaboração coletiva no projeto.

Seguindo a forma crítica de produção de arte, utilizada nos projetos do O Teatrão, os estudantes de sociologia adotaram o papel de coprodutores da secção colaborativa do projeto, elaborando uma metodologia de criação de ideias e debates politizadores da questão do MetroBus, da sua história e da ligação com a linha da Lousã, com o objetivo de compor a narrativa dos espetáculos.

De modo a evitar o abandono institucional após o fim do projeto, comum na sociologia colaborativa, procurou-se criar uma relação de confiança duradoura com as populações, através de experiências imersivas de proximidade para construir imaginários futuros relacionados com o Metro Mondego. Para tal, com base em precedentes sobre atuação participativa nos transportes, adotou-se uma abordagem metodológica de colaboração intra-populações, em formato de jogo, baseada na dinâmica temporal como prisma condutor da narrativa, cruzando linhas do passado e vinculações afetivas do presente, para desenhar futuros alternativos. Em duas sessões, criou-se um jogo de tabuleiro em tamanho real baseado no mapa da linha do Metro Mondego, onde os jogadores usavam o tempo como moeda, enfrentando desafios para imaginar cenários futuros sobre como o Metrobus pode transformar a mobilidade e a rotina dos participantes.

A materialização da abordagem colaborativa, decorrente do entendimento da mobilidade urbana como não neutra, construída pela sua utilização e pelas experiências distintas dos atores, permitiu diálogos interdisciplinares, inclusivos e desafiadores dos discursos hegemónicos sobre mobilidade urbana, promovendo cidadania ativa. Ao explorar futuros alternativos, os participantes sentem-se mais envolvidos e capacitados para apreciar o projeto.

Não obstante as dificuldades logísticas de trabalhar com atores com diferentes recursos e linguagens, este desafio teve como resultados, logo na primeira fase de espetáculos em setembro de 2024, a ampliação da capacidade transformadora e democratizante da arte e da sociologia, assim como a abertura de novos caminhos, pela participação horizontal das coletividades, para a construção de uma Coimbra para as suas pessoas, com responsabilidade social e política.

O teatro, como ferramenta da sociologia pública,

permite transcender barreiras tradicionais, contribuindo para uma ciência transformativa que prioriza os segmentos de um mundo coletivo criado nos cruzamentos entre os residentes, subvertendo dinâmicas de poder, exclusão e representação que permeiam em geral os projetos de reconfiguração do espaço público. ■

Sociologia ao encontro da cultura

“Analizar o presente para imaginar Futuros”, com o JACC

Ana Reis

Licenciada em Sociologia (FEUC)

Nota inicial: O modo como comunicamos é um instrumento poderoso que se pode tornar discriminatório. Neste texto opto por evitar o uso de marcadores de género sempre que possível, recorrendo ao sistema “elu” quando necessário, num esforço para rejeitar a reprodução de exclusões, promover uma comunicação representativa das diversas identidades e evitar conferir peso de género em questões que não têm.

A colaboração entre as ciências sociais e entidades culturais permite a construção de conhecimentos que ultrapassam os limites tradicionais da academia, empregar ferramentas sociológicas em campos por vezes inesperados, reforçando o papel das práticas culturais enquanto agentes de transformação social. Para as ciências sociais trata-se de uma oportunidade única para se aproximar das dinâmicas quotidianas de resistência, inovação e ressignificação características de espaços culturais, especialmente aqueles orientados por valores comunitários e pela democratização do acesso à arte e à cultura.

O projeto que intitulámos “Analisar o presente para imaginar futuros” foi realizado no âmbito da unidade curricular de Sociologia Aplicada da licenciatura em Sociologia da FEUC, em colaboração com o Jazz ao Centro Clube (JACC), entidade que gere o Salão Brazil - emblemática sala de espetáculos na baixa de Coimbra – com o objetivo de desenvolver a nossa consciência sobre possibilidades profissionais, empregar ferramentas analíticas e metodológicas essenciais para a prática profissional, particularmente no trabalho de campo, e estimular a nossa capacidade de enquadramento institucional.

O trabalho foi desenvolvido em estreita colaboração com o JACC, por meio de reuniões semanais com a equipa, no próprio Salão Brazil, o que nos proporcionou a sensação palpável de trabalharmos ali e fazermos efetivamente parte da equipa. Este diálogo constante escrevia e reescrevia as diretrizes para a nossa atuação, permitindo ajustar continuamente as estratégias às necessidades da instituição. Estes momentos permitiram-nos confrontar diretamente as dinâmicas de adaptação e negociação inerentes à prática colaborativa, uma vez que, ao longo do processo, ficou evidente que as expectativas iniciais da equipa de trabalho nem sempre correspondiam às necessidades identificadas pela instituição ou comunidade envolvida.

A realização deste projeto teve como ponto de partida a necessidade que o JACC sentia de compreender quais são os desafios que se impõem à cena cultural de Coimbra, bem como enfrentar estes desafios. Depois das apresentações iniciais, partilha orgânica e ajuste mútuo de expectativas, dividimos o nosso trabalho de campo em duas fases principais. Num primeiro momento recorremos a inquéritos por questionário, aplicados em eventos diversificados, que permitiram recolher dados sobre perfis sociodemográficos, avaliação de experiências, preferências culturais e padrões de consumo do público do Salão Brazil. Num segundo momento, reunimos pessoas diretamente envolvidas na cena

cultural de Coimbra para um *focus group*, incluindo *stakeholders* locais, pessoas académicas, promotoras culturais, artistas, etc. Este grupo de discussão possibilitou aceder a uma visão mais aprofundada sobre os desafios enfrentados pela cultura a nível local e ofereceu *insights* valiosos sobre estratégias para o futuro, especificamente o do Salão Brazil e do JACC.

O trabalho de campo é uma experiência enriquecedora, mas também desafiadora. A necessidade de interagir com um público em momentos de lazer exigiu uma abordagem cuidadosa, que evitasse interferir na experiência das pessoas. O momento mais pertinente para aplicar os inquéritos coincidia com a abertura das portas, portanto, como seria de esperar, as pessoas queriam entrar e garantir um bom lugar. Procurámos abranger a maior diversidade possível de eventos, para garantir a recolha de uma amostra heterogénea e representativa do público: num dia estávamos a ouvir poesia recitada com jazz, no outro rap de improviso e n'outro uma atuação de comédia *stand up*. Diferentes públicos reagiam de forma diferente à nossa presença, evidenciando maior ou menor recetividade. Estas dinâmicas destacaram a importância de adaptar continuamente os guiões de investigação e também o modo como nos aproximamos e comunicamos com as pessoas, procurando sempre pôr em evidência os benefícios de intervenções deste tipo para as próprias pessoas utilizadoras do espaço.

O *focus group* é um momento mais intimidante, onde a obtenção de resultados depende diretamente da capacidade de mediação da conversa com o mínimo de intervenções, garantindo um espaço seguro e tranquilo onde todas as pessoas presentes participam organicamente. Mesmo numa manhã de um sábado chuvoso, a participação foi quase total (8 de 10 presentes) o que mostra que o assunto é relevante e que a cultura em Coimbra está viva ou viverá, no que depende de quem participou.

Além desta fase de “diagnóstico”, procurámos também imaginar futuros possíveis para o espaço do Salão Brazil. A sua constante metamorfose torna-o num cenário ideal para investigar dinâmicas culturais e sociais, que vão além das paredes daquele emblemático edifício, que já configurou um salão de jogos e um restaurante de grupos. Este exercício de projeção foi sustentado pelas reuniões com o pessoal do JACC, pelas percepções recolhidas durante o nosso trabalho de campo, bem como pelas contribuições do *focus group*, que nos permitiram entender o potencial do espaço para se reinventar e adaptar às novas tendências culturais e sonhar com inúmeros cenários para um futuro tanto próximo como a longo prazo.

Aproveito os caracteres finais para agradecer às pessoas-membro do grupo: Afonso Hernandez, Beatriz Ferraz, José Miguel, Maria Piedade e Samuel; à equipa do JACC e às docentes Cláudia Carvalho e Rosa Monteiro. ■



A estátua enquanto discurso

O monumento Aos Heróis do Ultramar em Coimbra

Gabriel Affonso

Mestre em Sociologia (FEUC); Doutorando em Discursos: Cultura, História e Sociedade (FLUC/FEUC/CES)

No dia 10 de junho de 1971, foi inaugurado em Coimbra o monumento “Aos Heróis do Ultramar”. Projetado por Cabral Antunes, o monumento representa um soldado-ideal português, que leva nos ombros uma criança negra. Em um contexto em que o Estado Novo tinha cada vez mais dificuldade de justificar uma guerra colonial que já durava há uma década e mobilizava 135.000 efetivos (Afonso e Gomes, 2020: 476), a estátua pode ser entendida como um esforço de propaganda para legitimar a guerra e o domínio colonial.

Quase 50 anos depois de sua inauguração, na madrugada do dia 27 de setembro de 2020, a estátua foi contestada. Autores anónimos riscaram com tinta vermelha o termo “Heróis” de seu pedestal e substituíram-no por “Assassinos”. Este ato recebeu grande destaque mediático. Diante da sobreposição de significados antagónicos sobre os mesmos sujeitos – os combatentes da Guerra Colonial – a minha investigação para dissertação de mestrado em Sociologia pretendeu identificar de que forma camadas da sociedade de Coimbra os comprehendem – como heróis ou assassinos.

Assim, utilizou-se o património monumental da cidade de Coimbra para explorar a memória popular da Guerra Colonial, através de uma arqueologia do poder. Para isso, além de análise documental, biográfica e iconográfica, a metodologia da investigação incluiu a realização de entrevistas em grupo.

Os entrevistados foram estudantes da licenciatura em Educação Básica da Escola Superior de Coimbra. Esse grupo foi escolhido por três fatores principais: a instituição em que estudam situa-se a pouco mais de 150 metros do monumento; 90% dos participantes tinham entre 23 e 19 anos de idade, logo só tiveram contato com a Guerra Colonial por meios indiretos; em razão de sua escolha de curso superior, provavelmente desempenharão funções educativas no futuro – serão, portanto, reprodutores diretos ou indiretos da memória oficial de Portugal.

Nas entrevistas, dois elementos discursivos chamaram particular atenção. Ao longo dos vários relatos dos estudantes sobre experiências de familiares, conhecidos e personagens reais ou fictícios da Guerra Colonial, em nenhum momento houve menções aos países a que esses relatos respeitavam. Apesar de narrarem acontecimentos ou memórias em Angola, Guiné-Bissau ou Moçambique, os estudantes só se referiam a esses territórios como “as colônias” ou simplesmente “lá”. O segundo elemento de destaque foi que, de entre todos os relatos marcados por dor, sofrimento e perdas na Guerra, nenhum referiu as dores, sofrimentos e perdas das populações colonizadas. Com seus territórios limitados à indefinição e suas dores e experiências omitidas, as populações colonizadas mantêm-se ausentes do discurso dominante. A quase omnipresença desses elementos discursivos permitiu a teorização de um modo discursivo colonial, em que o Ultramar se mantém enquanto a geografia imaginada de “lá”. Nessa dinâmica de memória, o monumento “Aos Heróis do Ultramar”, aparentemente estático e circunscrito, parece desempenhar importante papel. Por mais de uma vez, os participantes descreveram essa e outras estátuas como fotografias, retratos de um tempo específico. O entendimento dos monumentos públicos enquanto “pedaços do mundo” evidencia seu papel na consolidação de uma memória coletiva (Sontag, 2004).

O reconhecimento do impacto de monumentos como esse na memória vigente sobre um

acontecimento orientou a interpretação iconográfica do monumento aos combatentes para identificar, a partir do contexto artístico e político de sua construção, qual a mensagem transmitida pela obra. Identificada a partir de três símbolos – o fuzil, o herói e a criança –, a mensagem pode ser sintetizada na seguinte formulação: a Guerra Colonial é o meio pelo qual os “Heróis do Ultramar” podem cumprir sua “função histórica [...] de possuir, civilizar e colonizar domínios ultramarinos” (Affonso, 2024: 68). A mensagem evidencia a visão colonialista e racista do regime do Estado Novo acerca das populações africanas, representadas de maneira subalterna, como “eternas crianças” despossuídas de agência e subjetividade, bem como a legitimidade da guerra enquanto esforço civilizador.



Foto: Gabriel Affonso

A relação hierárquica entre o soldado armado e a criança nua chamou atenção entre os entrevistados. Duas percepções foram dominantes. A primeira refere-se ao paralelo entre a criança, nua e indefesa, e os jovens combatentes, sem perspetiva de futuro e enviados a uma guerra distante. A segunda aponta uma relação afetiva e/ou paternal entre a criança e o soldado. Apesar das diferenças, ambas apresentam uma característica comum: são marcadas pela dissociação entre os sofrimentos da criança – que representa as populações colonizadas – e o soldado – que representa o exército português que trava uma guerra em defesa da continuidade do jugo colonial.

A latente semelhança entre a mensagem pretendida pelo artista em 1971 e o discurso dos estudantes evidencia a ausência de uma reflexão séria sobre a Guerra Colonial e seus antecedentes, em Portugal. As representações do “Mundo Português” por parte do Estado Novo agora são vistas como fotografias documentais, ou “pedaços do mundo”, e seus combatentes que, voluntariamente ou não, integraram as frentes de uma guerra colonial, marcada pela subjugação e massacres, são seus “Heróis do Ultramar”. Apesar das incontestáveis mudanças sociais e políticas resultantes do 25 de Abril e do fim do império, a memória, social e concreta, desses jovens de Coimbra sobre a Guerra Colonial e seus combatentes reproduz de maneira quase inalterada a propaganda colonial do Estado Novo.

Referências

Affonso, G. (2024). *A verdade estará algures no meio: A memorialização da Guerra Colonial Portuguesa no urbanismo de Coimbra*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra [<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/117039>]

Afonso, A.; Gomes, C. de M. (2020). *Guerra Colonial*. Porto Editora.

Sontag, S. (2004). *Sobre fotografia*. Companhia das Letras. ■

MARGINS: um projeto sobre a relação entre natureza e sociedade

Joana Sousa e Rita Campos

Investigadoras do CES

O projecto *MARGINS – Pessoas, arroz e mangais nas periferias: interfaces híbridas em contestação num mundo em mudança*, investigou as relações entre os mangais e a cultura do arroz na costa da Guiné-Bissau entre 2022 e 2024, destacando a sua importância socioeconómica e ecológica.

Os mangais são ecossistemas costeiros únicos que na Guiné-Bissau, como noutras regiões costeiras da África Ocidental, se interligam com os arrozais, formando agroecossistemas fundamentais para a segurança alimentar e o bem-estar das comunidades locais. Este sistema híbrido de arroz de mangal, ou bolanha de água salgada, é simultaneamente produtivo e vulnerável às alterações climáticas, nomeadamente à subida do nível do mar e à salinização.

A investigação seguiu uma abordagem interdisciplinar, explorando as dimensões sociais, ecológicas e tecnológicas da produção de arroz, enquanto desafiava a tradicional separação entre natureza e sociedade através do seu estudo conjunto. O projeto analisou políticas agrícolas e práticas de gestão dos mangais, documentou memórias sociais e investigou os impactos das alterações climáticas. Estudou ainda o conhecimento local sobre hidráulica e ciclos das marés, fundamentais para a produção agrícola sustentável. Os estudos de caso focaram-se em três regiões: Mato Farroba, Biombo e Suzana, cobrindo diferentes contextos ecológicos e culturais. Estes locais foram analisados sob três ângulos principais: políticas públicas, características ecológicas e conhecimentos locais e memória. As tarefas incluíram a análise de solos e vegetação, mapeamento de mudanças paisagísticas, percursos narrados e entrevistas.

A colaboração com instituições da Guiné-Bissau e de Portugal, bem como a formação de jovens investigadores/as, foi central. O trabalho foi desenvolvido sob um protocolo assinado entre o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e o Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em Portugal, e a Universidade Amílcar Cabral e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, na Guiné-Bissau. O projeto ofereceu apoio científico e financeiro a seis jovens estudantes, portugueses e guineenses, quatro dos quais defenderam com sucesso as suas dissertações de mestrado no final de 2024. ■

EMCCINNO - EMpowering CCIs to boost systemic INNOvation for sustainable climate

Sílvia Ferreira

Docente do Núcleo de Sociologia (FEUC)

O EMCCINNO é um projeto europeu da tipologia Ação Inovadora, financiado pela Comissão Europeia. Envolve 13 parceiros, incluindo centros de investigação, universidades e organizações das indústrias culturais e criativas (ICC). Tem coordenação a partir do Centre National De La Recherche Scientifique (CNRS) e como parceiros portugueses o Centro de Estudos Sociais e o JAAC - Jazz Ao Centro Clube.

O projeto reúne os domínios das ICC, da transição climática e das empresas sociais. Tem como objetivo refinar, testar, validar e escalar modelos de negócio sustentáveis, implementando-os em protótipos para impacto no mundo real em ICC de pequena e média dimensão. As empresas sociais constituem o tipo de modelo de negócio sustentável que subjaz à proposta, articulando as dimensões social/artística/cultural, económica e de governança participativa.

Parte-se de um diagnóstico que tem em conta os desafios e as metas para uma transição climática sustentável e o papel que as organizações da arte

e da cultura desempenham. O projeto assenta em três pressupostos: 1) as ICC desempenham um papel crucial na transição climática, sensibilizando, mudando imaginários e contribuindo para a sustentabilidade; 2) as pequenas e médias ICC são vulneráveis às consequências negativas das alterações climáticas devido aos seus recursos limitados e fragmentação; 3) as pequenas e médias ICC necessitam de ferramentas para melhorar as suas capacidades de adaptação rápida e de fazer contribuições significativas para a transição climática.

Em cinco países (Portugal, Espanha, França, Alemanha e Hungria) e cinco empresas sociais, culturais e artísticas, com apoio de investigadores/as, será testado e refinado um conjunto de medidas, com base nas suas necessidades de transição para a sustentabilidade.

O projeto tem uma abordagem multidisciplinar e transdisciplinar. Baseia-se num conjunto de metodologias participativas e artísticas. O co-desenho, a co-construção e a co-aprendizagem estarão presentes ao longo do projeto, inspirado no ciclo da inovação social, desde o momento da prototipagem e do teste dos protótipos até à sua sistematização e à sua amplificação. O CES é responsável, em conjunto com a Culture Action Europe, pela amplificação e consolidação dos resultados do teste. Integram a equipa do CES Sílvia Ferreira, Patrícia Moura e Sá e Gonçalo Canto Moniz.

Além dos resultados locais dos casos de cada uma das organizações, os resultados translocais incluirão: um conjunto de ferramentas específicas online sob a forma de componentes modulares interligadas, que poderão ser adotadas por diversas entidades de diferentes ICC; uma Comunidade de Prática envolvendo atores sociais além dos limites do projeto, nomeadamente outras CCI e entidades e decisores políticos; ações e documentação de formação sobre as ferramentas desenvolvidas; recomendações políticas a nível europeu e objetos artísticos e científicos. ■



Foto: Cíntia Fachada

Women4Digital - Género na paisagem das TIC em Portugal: que lugar para as mulheres?

Rosa Monteiro

Docente do Núcleo de Sociologia (FEUC)

A revolução digital molda já o nosso presente e promete moldar o futuro, mas onde estão as mulheres e como são problematizadas as desigualdades de género neste cenário? O projeto Women4Digital centra-se neste problema, questionando a exclusão das mulheres no setor, refletindo sobre o fenómeno da segregação sexual horizontal no setor digital e analisando criticamente as políticas públicas criadas, em Portugal, em resposta. Com início em novembro de 2024 e duração prevista de 12 meses, o projeto é financiado pelo Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública e pelo Estado Português (PLANAPP) e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, contando com o apoio institucional da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência. Foi aprovado no âmbito da 2ª edição do concurso de estudos de ciência para as políticas públicas (Science4Policy – S4P-24) e é desenvolvido no Centro de Estudos Sociais da

Universidade de Coimbra, sendo respetivamente PI e co-PI as investigadoras Rosa Monteiro e Lina Coelho. Integram ainda a equipa as investigadoras Luísa Ribeiro Lopes e Margarida Vasconcelos.

O Women4Digital parte de um cenário preocupante: entre 1999 e 2020, a representação das mulheres nas pessoas diplomadas nas TIC caiu de 26% para 20,1%, enquanto a sua presença na força de trabalho do setor diminuiu de 24% para 22%, entre 2005 e 2020. Esta realidade acentua as desigualdades de rendimento e impede o pleno aproveitamento das qualificações tecnológicas, essenciais para uma transição digital inclusiva. Desde o lançamento do programa Engenheiras por um Dia, em 2017, até à formulação de estratégias como o Plano de Ação para a Transição Digital, Portugal tem registado alguns avanços no *mainstreaming* de género nas áreas das CTEM/CTEAM. No entanto, são escassos os estudos sistemáticos que analisem o impacto e a abrangência dessas políticas, suas iniciativas e atores. De forma a colmatar estas lacunas, o Women4Digital propõe-se: mapear as políticas públicas para a inclusão das mulheres e da igualdade de género no digital; sistematizar os normativos e indicadores internacionais; analisar criticamente as perspetivas de “mainstreaming de género” e de “ações específicas presentes nas políticas públicas nacionais”; e auscultar as partes interessadas, através de *focus group* com responsáveis/representantes das áreas-chave de política pública (e.g., digitalização, igualdade, educação, trabalho).

Com uma abordagem participativa e formativa, o Women4Digital visa não só o mapeamento e análise das iniciativas existentes, mas também a construção de ferramentas que facilitem o acompanhamento e a melhoria contínua das políticas públicas em Portugal. Trata-se de um passo crucial para garantir que a transição digital no país seja inclusiva e igualitária, problematizando o papel das mulheres e das desigualdades de género na construção dos futuros tecnológicos. ■

As donas de casa que nunca foram donas de si

O podcast Fumaça e a série Quase da Família*



QUASE DA FAMÍLIA

Mariana Santos

Mestranda em Sociologia (FEUC)

“Toda a vida quisera soltar-se das grilhetas que a prendiam, com veemência recusara o destino dos seus antepassados no campo, mas parecia-lhe agora que, tanto nas casas dos patrões como em sua própria casa, nunca deixara de lavrar a terra dos outros” (M. Abrantes, *Na terra dos outros*, Companhia das Letras, 2024, p. 275). Maria do Carmo, a personagem do livro do sociólogo Manuel Abrantes, simboliza tantas outras meninas que, no Portugal do Estado Novo, eram tornadas criadas para todo o serviço. Ocupavam-se de tudo o que os patrões exigissem, desde limpar até cozinhar e cuidar das crianças, recebendo em troca pouco mais do que uma cama dura e uma refeição modesta. Não havia espaço para folgas ou férias, e a sua liberdade era tão restrita quanto as paredes da casa onde serviam. Com a Revolução de Abril, a mudança chegou timidamente a estas vidas marcadas pela servidão. Maria do Carmo personifica a luta silenciosa de gerações de mulheres que, ao dedicarem a vida a servir os outros, procuravam não perder a sua própria identidade. Como ela, muitas mulheres viveram histórias de trabalho invisível e exploração. Ainda crianças, deixavam as suas aldeias e o trabalho no campo para servirem nas casas da burguesia, em troca de um quarto apertado, comida escassa e roupa lavada por elas próprias, vivendo sem direitos, mas carregando o peso de um dever eterno: a gratidão.

É esse universo de silêncios e servidão que a série *Quase da Família*, do Fumaça, podcast de jornalismo de investigação, traz para o centro da discussão, num compêndio de quatro episódios. Combinando jornalismo de investigação e criação artística, esta adaptação da peça de teatro *Monólogo de uma mulher chamada Maria com a sua patroa*, aprofunda a história das mulheres que limparam e cuidaram, mas que raramente ocupam um lugar de destaque na memória coletiva.

O projeto contou com o contributo essencial da socióloga Mafalda Araújo, especialista em políticas públicas e interessada pela memória coletiva e o trabalho feminino sob uma perspetiva marxista, com foco na reprodução social. Assumiu a coordenação da investigação, numa colaboração estreita com a atriz e encenadora Sara Barros Leitão. Juntas, mergulharam num processo quase arqueológico, explorando arquivos e seguindo pistas, num trabalho que cruzou histórias pessoais e estruturas de exploração. Mais do que uma reportagem, *Quase da Família* é um convite à reflexão sobre o papel indispensável - e muitas vezes ignorado - das mulheres no trabalho doméstico e na dinâmica social que sustenta a vida quotidiana.

Esta investigação sociológica lança um olhar atento sobre um passado silenciado, onde as mulheres sustentavam a engrenagem social de um Portugal marcado pela desigualdade. Ao trazer à tona as histórias esquecidas de servidão e resistência, o projeto desafia-nos a questionar a forma como o trabalho doméstico moldou as dinâmicas de género do passado e continua a ecoar no presente.

Se estas histórias nos inspiram, é graças ao trabalho do Fumaça, que as investiga e dá a conhecer. O podcast de jornalismo de investigação, independente e sem fins lucrativos, questiona sistemas de opressão e expõe desigualdades. Para que este trabalho essencial continue, o nosso apoio é fundamental. O importante é não ficarmos indiferentes, porque é com o apoio de cada um de nós que histórias como estas podem continuar a ser contadas. ■

* https://fumaca.pt/quase-da-familia_trabalho_domestico/



As Bestas - um filme sobre tensões contemporâneas

Mafalda Morgado, Leonor Silva, Maria Carolina

Mestrandas em Sociologia (FEUC)

Nesta edição, gostaríamos de vos convidar a assistir o filme *As Bestas* (2022), do cineasta Rodrigo Sorogoyen, como ponto de partida para a exploração de questões fundamentais à sociologia contemporânea. Num formato *thriller* dramático centrado no privilégio de certos movimentos de imigração europeus, o filme explora de forma crua um confronto social de realidades antagónicas numa aldeia no interior da Galiza, entre os seus habitantes e o casal francês recém-chegado.

Deparamo-nos com uma coprodução franco-espanhola que aborda as tensões sociais emergentes relativas às tecnologias verdes, territorialidades, choques culturais, conflitos de classe e perspectivas comunitárias rurais. O conflito central do filme é motivado pela proposta de compra de terrenos por uma multinacional de energia eólica, apoiada pelos residentes locais em busca de estabilidade económica, enquanto o casal francês resiste com a proposta de um projeto ecológico oposto.

Neste contexto, somos direcionadas a pensar criticamente sobre a dinâmica capitalista moldadora de relações sociais. A resolução da crise climática ainda mantém a ótica do lucro, instrumentalizando a “solução” para proveito do

capital, por meio da transição energética. A tentativa de instalar parques eólicos cria conflitos entre “a saída da precariedade” e um futuro melhor para os aldeões e o olhar crítico do casal sobre os impactos ecológicos. A verdadeira intenção da multinacional era o realojamento forçado, alterando o conforto comunitário conhecido pela aldeia. Esta é uma demonstração do poder transformador capitalista, que reproduz hierarquias, e das guerrilhas pela legitimidade do discurso, resultando na redefinição de valores comunitários tradicionais.

Com efeito, o confronto de posições gerou um choque cultural entre os imigrantes e a comunidade rural, relacionado tanto com a origem geográfica e sociocultural, como com a classe social, refletindo a construção social do estrangeiro como uma ameaça para os valores, tradições e normas locais. O casal francês é visto pela comunidade como o “outro”, que os irá impedir de ascender economicamente. Sendo alvo de hostilidade, inicia-se um processo de exclusão social total da comunidade. Paradoxalmente, a hostilidade contra os franceses não se caracteriza apenas por um reflexo cultural, mas surge também como resultado de frustrações económicas e de desigualdades materiais e imateriais retratadas ao longo da narrativa.

Como em todos os fenómenos sociais, as questões de género moldam o desenvolvimento dos eventos. A masculinidade tóxica desempenha um papel central na escalada do conflito, exacerbando a rivalidade através de demonstrações de força física, emocional e orgulho territorial. A masculinização como forma de tomada de posição pressupõe a sua definitividade como demonstração de domínio e honra, e nunca a ponderação de alterar, impossibilitando novos consensos e alternativas em torno das questões da modernidade.

As Bestas representa um mundo imoral, onde os momentos de adversidade, socialmente construídos, são um terreno fértil para a construção de um falso inimigo, obscurecendo outras realidades, dependentes de violências e desigualdades. ■



"Artificial intelligence" by [Wendelin Jacober](#) is marked with [CC0 1.0](#).

Os escravos da IA: um documentário e um apelo à ação

Ana Sofia Jacinto

Doutoranda em Sociologia - Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo (FEUC/CES)

O documentário *The Modern Day Slaves of the AI Tech World** lança um olhar contundente sobre uma questão que permanece amplamente negligenciada: a infraestrutura humana oculta por trás do desenvolvimento da inteligência artificial (IA). Desafia empresas e consumidores a considerar o verdadeiro custo humano do avanço tecnológico.

Ao longo do documentário, apresentam-se práticas de grandes empresas de tecnologia que subcontratam tarefas em países de baixo “custo”, onde milhares de trabalhadores desempenham funções repetitivas e mal remuneradas para treinar e manter sistemas de IA. Embora a IA seja frequentemente associada à automação e à eliminação de intervenções humanas, a realidade é bem diferente: depende, de forma significativa, do trabalho manual.

Estes trabalhadores invisíveis executam tarefas aparentemente simples, como rotular dados (imagens, textos e áudios), moderar conteúdos sensíveis para redes sociais ou corrigir erros em sistemas de IA. Apesar da relevância desse trabalho, raramente recebem o devido

reconhecimento. São os verdadeiros moderadores de uma tecnologia que domina as nossas vidas, ainda que sejam ignorados na narrativa predominante sobre inovação e progresso.

A condição de precariedade desses trabalhadores é alarmante. Submetidos a longas jornadas, recebem remunerações irrisórias e enfrentam uma intensa carga emocional, especialmente os encarregados de moderar conteúdos perturbadores, como imagens de violência e abuso. O impacto na saúde mental é profundo, revelando a crueldade de um sistema que explora vidas humanas para sustentar o funcionamento da IA.

O documentário mostra como essas empresas procuram mão de obra barata no Sul Global (África, Ásia e América Latina). Nessas regiões, os trabalhadores enfrentam condições legais precárias. Tal prática reduz custos para as empresas, mas perpetua desigualdades globais.

O documentário levanta duas questões éticas cruciais. Primeiro, a exploração laboral: as empresas fomentam condições de trabalho precárias e sub-remuneradas. Segundo, a desigualdade tecnológica: enquanto consumidores dos países desenvolvidos desfrutam de serviços avançados, trabalhadores de regiões menos favorecidas sofrem as consequências de um sistema desigual. Além de denunciar essas práticas, aponta soluções. Enfatiza a importância de aumentar a transparência, exigindo que as empresas divulguem onde e como contratam trabalhadores para treinar as suas IAs. Propõe-se, ainda, a criação de padrões globais que garantam condições de trabalho justas e pagamentos dignos.

The Modern Day Slaves of the AI Tech World é uma chamada para a ação. Por trás de inovações como assistentes virtuais, algoritmos de recomendação e sistemas de reconhecimento facial, há vidas humanas negligenciadas e exploradas. Reconhecer essas pessoas e lutar pela sua dignidade é um passo essencial para construir um futuro mais justo e verdadeiramente humano. ■

* <https://www.youtube.com/watch?v=VPSZFUiElls>



Foto: divulgação Netflix

Ficção, realidade e respeito à infância: *Os Quatro da Candelária*, série de ficção da Netflix

Mércia Britto

Doutoranda em Governança, Conhecimento e Inovação (CES/FEUC), coordenou o programa PSE parceria Netflix/Cinema Nossa.

A fronteira entre ficção e realidade no audiovisual é permeada por complexidades que vão além da narrativa. Produções baseadas em eventos reais exigem um cuidado redobrado com o impacto emocional sobre os atores, o público e as comunidades retratadas. A série *Os Quatro da Candelária*, de criação e direção de Luis Lomenha da Netflix Brasil, oferece um exemplo emblemático dessa dualidade. Ao abordar o massacre de crianças em situação de rua ocorrido no Rio de Janeiro em 1993, a obra não apenas reconta uma tragédia, mas também provoca reflexões sobre desigualdade, violência e os direitos da infância no Brasil. Se você ainda não assistiu, vai lá e depois volta aqui, porém o texto não contém spoiler.

A produção enfrentou um desafio ético: como proteger os jovens atores envolvidos em um enredo tão sensível? O *Programa de Suporte ao Elenco* foi desenvolvido como uma solução inovadora e necessária. Integrando psicólogos, assistentes sociais e educadores, proporcionou acompanhamento psicoemocional aos atores, criando um ambiente de segurança e acolhimento durante todo o processo de produção. O impacto dessa iniciativa não se limitou ao bem-estar dos participantes; ele trouxe implicações mais amplas sobre como o audiovisual pode respeitar e valorizar a infância, mesmo ao lidar com narrativas que envolvem dor e exclusão.

Trabalhar com crianças e jovens periféricos no cinema exige uma abordagem ética que vai além das exigências legais. Respeitar a infância nesse contexto significa considerar as necessidades emocionais e psicológicas dos atores, criando um espaço de acolhimento e cuidado. O programa adotou uma metodologia que unia acompanhamento individual e atividades coletivas. Os jovens atores participaram de rodas de conversa sobre os temas abordados na série, tiveram acesso a sessões de apoio emocional e receberam orientações claras para distinguir entre as realidades vividas por seus personagens e suas próprias experiências pessoais. Esse modelo de trabalho reflete princípios inspirados na pedagogia de Paulo Freire, onde a prática é sempre acompanhada por uma reflexão crítica. O processo não apenas protegeu os jovens atores, mas também os capacitou a compreender o significado histórico e social do enredo, transformando a experiência em um aprendizado significativo. O suporte emocional oferecido também teve reflexos na qualidade artística da série. Quando os atores se sentem seguros e apoiados, podem mergulhar mais profundamente nos personagens, oferecendo performances autênticas e emocionalmente ricas.

Além de sua relevância artística, *Os Quatro da Candelária* exemplifica o potencial do audiovisual como ferramenta de transformação social. Ao retratar a violência sofrida por crianças em situação de rua, a série convida o público a refletir sobre as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade e a exclusão. A ficção, nesse caso, desempenha um papel ativista. Ela amplifica vozes silenciadas, denuncia injustiças e mobiliza discussões sobre direitos humanos.

O *Programa de Suporte ao Elenco* de *Os Quatro da Candelária* oferece um modelo que deve ser replicado em produções futuras. Mais do que uma prática isolada, essa iniciativa representa um avanço para o audiovisual no Brasil, apontando para um futuro em que o cinema e as séries não apenas retratem a realidade, mas também contribuam para sua transformação. Ao respeitar a infância e proteger os jovens envolvidos, o programa reafirma a importância de colocar as pessoas – e não apenas as histórias – no centro do processo criativo. Para quem não assistiu, conheça os personagens Douglas, Sete, Jesus e Pipoca e apaixone-se pela interpretação e narrativa forte e necessária deste enredo. ■

Musicando a crítica – as compositoras brasileiras

Nádia Amaral

Mestranda em Sociologia (FEUC)

@musicandoacritica é uma página no Instagram sobre música, que foca especialmente a importância cultural e social de compositoras brasileiras. A página tem conteúdo e linguagem acessíveis, mas bastante informativos, e leva-nos a refletir sobre questões associadas à música, que enviam muito além da sua abordagem como entretenimento. A autora da página, Leila Latuf, doutoranda em Sociologia na FEUC, explora a música como um fenómeno que não reflete apenas dinâmicas sociais, mas também as pode influenciar. Grande parte das publicações destacam letras ou excertos de letras e géneros musicais que traduzem questões sociais e políticas importantes e merecem ser objeto de reflexão e questionamento, como as desigualdades sociais, as identidades, a relação entre cultura, indústria e mercado, entre outros aspectos que mostram o papel relevante que a música pode ter enquanto veículo de narrativas sociais e de reflexão crítica sobre a sociedade. Transversalmente, foca especialmente a questão de género na música, abordando, e valorizando, o trabalho e a importância de compositoras brasileiras.

A página desafia a velha dicotomia entre cultura de elite e cultura de massas, desmistificando preconceitos associados a ela e valorizando a música popular como uma expressão artística legítima. Além disso, com o seu foco privilegiado nas compositoras, oferece uma série de recursos e pistas para quem queira aprofundar conhecimento e capacidade de reflexão sobre a importância da música no mundo contemporâneo, a sua diversidade e a importância das mulheres nesse contexto.

Mais do que uma página de avaliação musical, @musicandoacritica é um espaço que permite construir pensamento crítico e sociológico, reforçando a importância da música como uma ferramenta essencial para compreender dinâmicas e transformações que ocorrem na atualidade. ■

O poder, segundo Augusto Santos Silva

Poder. Análise Crítica de um conceito.

Edição Tinta da China, 2024

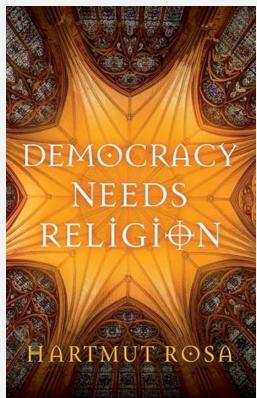
António João Martins

Estudante da licenciatura em Sociologia (FEUC)

Neste ensaio de carácter conceptual, Augusto Santos Silva dá conta da complexidade e da variedade do fenómeno a que chamamos *poder*. Além de permear toda a vida social, para Santos Silva o poder é uma categoria relacional, a partir da qual o sujeito tem autoridade sobre outra pessoa.

Há uma multiplicidade de relações de poder que podemos identificar (na família, na escola, na empresa, nas Forças Armadas, na política - em sentido estrito, de gestão da *res publica* -, nas relações internacionais, etc.). Para explicá-las, o autor mobiliza as ciências sociais (sociologia, história, economia, etc.), bem como a filosofia e as artes (como a literatura).

Escrito numa linguagem fluida e teoricamente sólida, este livro constitui um contributo relevante para a análise crítica do conceito de poder. Todavia, apresenta duas limitações. A primeira é expressa pelo autor do seguinte modo: “Independentemente de quaisquer considerações de ordem moral ou ideológica que [o poder] nos suscite...” (p. 205). Suprimir juízos morais ou ideológicos de uma reflexão sobre o poder é torná-la inócuia. A segunda relaciona-se com “não-poder”. Para Santos Silva, o poder parece ser uma espécie de fatalidade, de horizonte inultrapassável. Várias ideologias políticas (o anarquismo, o socialismo, o próprio liberalismo) têm como objetivo último uma sociedade sem coações nem pressões de qualquer espécie. Um ideal que o autor talvez considere utópico ou ingênuo, mas cuja nobreza se nos afigura luminosa. ■



Ressonância, religião e democracia. Sobre *Democracy Needs Religion*, de Hartmut Rosa

Yannis Bermig

Doutorando em Sociologia - Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo (FEUC/CES)

O mais recente livro do sociólogo alemão Hartmut Rosa, conhecido pelas suas teorias da aceleração e da ressonância, tem um título provocador, porque as democracias são geralmente consideradas sociedades seculares. No ensaio, Rosa faz o que sente que falta frequentemente à sociologia atual: criar ideias e perspetivas utópicas. Antes de nos centrarmos no livro, convém recapitular brevemente as principais teorias de Rosa. No nosso sistema capitalista com um *status quo* dinâmico, a economia deve crescer para manter o padrão de vida. Através de tecnologia destinada a reduzir a nossa carga de trabalho, deparamo-nos com ainda mais trabalho, maior aceleração da vida quotidiana e mudanças sociais mais rápidas. Em última análise, isso leva a alienação, pois perdemos o sentido de conexão com nós mesmos, a sociedade, a natureza e o tempo. O *burnout* e outras condições psicológicas adversas, assim como a erosão da sociedade e da democracia, são as consequências. A solução para esse problema não é desacelerar, mas algo que Rosa (2019) chama de *ressonância*, uma conexão significativa com tudo o que nos rodeia.

O novo livro não é principalmente sobre religião, mas Rosa usa-a como exemplo para explorar a sua teoria da ressonância. Argumenta que a religião, especialmente nos seus aspetos rituais e comunitários, pode fornecer um antídoto, ao permitir uma experiência transformadora de conexão, que é essencial para a democracia (Rosa, 2024, 11, 58). Exemplos de como a religião promove ressonância são os conceitos religiosos de tempo, como os rituais recorrentes, que contrastam com uma compreensão puramente económica do tempo como recurso. Isso pode ajudar a romper com a aceleração e a pressão para a otimização que caracterizam a sociedade moderna e a incapacidade de alcançar ressonância genuína (*ibid*, 55). Rosa aborda no livro alguns pontos críticos. As próprias instituições religiosas podem aniquilar a ressonância através do dogmatismo, da exclusão e das reivindicações de poder. Comprometem relações abertas, excluem grupos marginalizados e promovem frequentemente a agressão em vez do diálogo, através da afirmação de absolutos. Tais tendências são contrárias à ressonância.

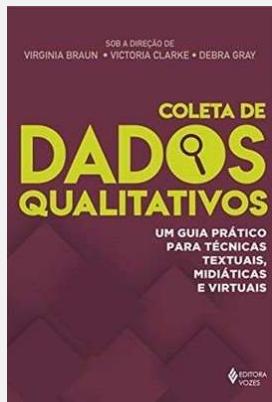
Hartmut Rosa parece apresentar uma visão muito idealizada da religião, que ignora aspetos problemáticos, como as estruturas de poder ou os conflitos sociais. Além disso, continua a não ser claro de que forma o seu apelo a uma maior integração da religião no discurso público poderia ser implementado na prática, sem marginalizar posições seculares ou não religiosas. No geral, o livro fica aquém de sua pretensão utópica. Mas é uma das abordagens mais acessíveis às teorias de Rosa sobre aceleração e a ressonância.

Referências

Rosa, Hartmut (2019), *Resonance: A Sociology of our Relationship to the World*. Cambridge, Polity.

Rosa, Hartmut (2024), *Democracy Needs Religion*. Cambridge, Polity.

Traduzido do original em inglês por Cláudio Ferreira. ■



Coleta de dados qualitativos: uma coletânea de referência

Braun, Virginia; Clark, Victoria; Gray, Debra (org.) (2019). *Coleta de dados qualitativos: um guia prático para técnicas textuais, midiáticas e virtuais*. Petrópolis: Vozes.

Leila Silvia Tourinho

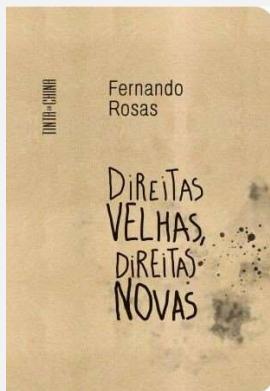
Doutoranda em Sociologia (FEUC)

Esta é uma obra oportuna para estudantes e pesquisadores que necessitam de utilizar métodos de tratamento qualitativos de dados. O livro se situa no campo mais amplo da pesquisa social, concentrando-se em métodos inovadores e práticos para a coleta de dados qualitativos, em um mundo cada vez mais digital, mostrando que a criatividade na prática da pesquisa se torna ilimitada. Victoria Braun, Virginia Clarke e Debra Gray, organizadoras da obra, além de especialistas reconhecidas em metodologia qualitativa, especialmente em análise temática e pesquisa qualitativa aplicada, buscam explorar e expandir as possibilidades de coleta de dados, por meio de diferentes métodos, com vista a diminuir as lacunas existentes na literatura metodológica dos últimos anos, que na maior parte das vezes prioriza a análise em detrimento à coleta de dados.

A obra está organizada em três seções temáticas - textual, midiática e virtual. Cada uma contém quatro capítulos, reunindo contributos sobre tipos

específicos de métodos, que retratam a mecânica de seu uso como meio de explorar, através da linguagem, a construção social das realidades. A seção textual abrange quatro métodos que em geral são também utilizados em pesquisas quantitativas – levantamentos qualitativos, preenchimento de histórias, vinhetas e diários solicitados. Já a seção midiática explora o interesse pelas mídias como fonte de dados. Compreende tanto a rádio falada, revistas e jornais, como as formas mais recentes de mídia social - blogs, fóruns, comentários de leitores de notícias *on-line*. A seção virtual inclui técnicas que aproveitam o potencial da Internet (entrevistas por e-mail, mensagens instantâneas, entrevistas virtuais e grupos focalizados *on-line*), oferecendo alternativas às entrevistas presenciais tradicionais.

A obra fornece um guia prático, acessível e didático para a coleta de dados qualitativos, com vários recursos pedagógicos, propondo atividades práticas com o objetivo de desenvolver uma compreensão mais profunda de cada método. Com sugestões de leituras e um glossário detalhado dos principais termos e conceitos usados, o livro se revela um trabalho preciso e uma contribuição de destaque para a análise social. Como pontos fortes, destaco sua acessibilidade, a diversidade de técnicas abordadas e a ênfase em métodos inovadores. As considerações éticas definidas em cada método analisado, são de grande valia, tanto em contextos de pesquisa virtual, quanto textual. Pode-se avaliar o livro como um compêndio de formas novas de acessar o entendimento, uma contribuição significativa para o campo das metodologias de pesquisa qualitativas, abrindo percepções inovadoras para os pesquisadores sociais. ■



Direitas Velhas, Direitas Novas, de Fernando Rosas

Rosas, Fernando (2024). *Direitas Velhas, Direitas Novas: Ensaio Histórico sobre a Extrema-Direita no pós-Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Tinta-da-China.

Jaime Roque

Doutorando em Sociologia (FEUC)

Numa palestra realizada na Universidade de Viena em 1967, Theodor Adorno argumentou que os pressupostos sociais do fascismo se mantinham. Não obstante a aceitação das regras democráticas pelos partidos extremistas reemergentes, o sociólogo defendeu ser “preciso estar-se realmente dominado pelo espírito do formalismo” [1] para não encontrar a sua velha ideologia por debaixo das suas novas roupagens. Atualmente, qualquer investigação académica sobre a extrema-direita questiona se estamos perante um retorno fascista. A resposta dominante é, no entanto, negativa: é simplesmente uma vaga populista que afirma defender o “povo” contra os “corrupção” e a “imigração descontrolada”.

Publicado em 2024 pela Tinta-da-China, o livro *Direitas Velhas, Direitas Novas* de Fernando Rosas pergunta em três capítulos se é possível investigar a extrema-direita do século XXI “sem recorrer à comparação histórica com o passado recente dos anos 1930” (p. 14). Intitulado “A Época dos Fascismos”, o primeiro descreve a aliança autoritária entre as direitas tradicionais, elites

económicas e classes intermédias com vista a proteger o sistema capitalista ameaçado pelo movimento operário. O segundo capítulo – “Os ‘Trinta Anos de Ouro’ do Capitalismo (1945-1973)” – discute como a economia keynesiana afastou o fascismo do poder sem que tal significasse o seu desaparecimento. A extrema-direita dedicou-se neste período a uma atualização doutrinária que a tornasse mais respeitável, sem abandonar os seus valores ideológicos estruturantes. O terceiro capítulo – “O Ciclo do Capitalismo Neoliberal” – discute como essa atualização começou a revelar-se frutífera no contexto da desdemocratização da economia e do estado social. A extrema-direita encontrou uma oportunidade para compatibilizar o seu nacionalismo organicista com a viragem neoliberal iniciada pela chamada direita clássica. A posição de Portugal nesse quadro político-económico é também discutida, com uma breve análise do programa ideológico do Chega – considerado um produto da normalização pós-fascista da extrema-direita e caracterizado por um “misto de colonial-salazarismo serôdio, de moralismo ultraconservador, de autoritarismo securitário [...] e de neoliberalismo impiedoso” (p. 202).

Em poucas palavras, o livro de Rosas representa um valioso ensaio para as ciências sociais sobre as origens políticas e económicas da extrema-direita europeia. Enfatiza a necessidade de compreender a relação das suas bases materiais e ideológicas com os processos históricos que lhe abrem o espaço político e com as alianças que estabelece no seio do Estado e da sociedade civil – dimensões muitas vezes obscurecidas pelo formalismo das taxonomias politológicas, ou pelo foco excessivo nos discursos populistas, em detrimento do valor heurístico dos conceitos de fascismo e neoliberalismo.

[1] Adorno, Theodor W. 2020 [1967]. *Aspetos do Novo Radicalismo de Direita*. Lisboa: Edições 70, p. 35. ■

Praxiografia ambiental nas comunidades sustentáveis intencionais

Jorge Moreira

Doutorando em Sociologia (FEUC)



Balneários na Ananda Kalyani

Como contributo para aprofundar o debate sobre as políticas ambientais no atual contexto de crise ecológica e climática, o meu trabalho pretende dar a conhecer as disposições e os contextos que tornaram possível alguns indivíduos alterarem os seus estilos de vida e criarem ou abraçarem comunidades, cujos projetos, experimentação e tecnologias se encontram focadas na regeneração socioambiental e na restauração ecológica. Na alça desse objetivo, escolhi entrevistar 32 atores que viviam ou participavam em 31 comunidades sustentáveis intencionais, como ecoaldeias e movimentos de transição.

As sessões foram realizadas nas comunidades e, para evitar qualquer índole extrativista e como contrapartida da disponibilidade, ofereci a minha participação nos afazeres comunitários, contexto que me permitiu aprofundar o estudo com etnografia. A recolha de dados e a estadia nas ecomunidades, realizada do Minho ao Algarve durante um ano, resultou num percurso de cerca de 8.000km. As ecoaldeias mostraram-

se como laboratórios de inovação socioambiental e ecológica. Pude presenciar a experimentação e o uso de tecnologias inovadoras e ancestrais, destacando a captação dos raios solares ou a autoprodução de biogás para cozinhar alimentos; o uso das energias solar, eólica, hidráulica e térmica e a variedade de técnicas e materiais naturais na construção sustentável; a aplicação do design em permacultura e da agrofloresta na agricultura biológica; a desidratação, secagem e adobo no armazenamento prolongado de alimentos, ervas e chás; a reflorestação com espécies autóctones para o restauro ecológico; a retenção de água para potenciar a biodiversidade e a realimentação de aquíferos; o relacionamento harmonioso entre os humanos e a fauna e flora selvagens; a paz e a organização social horizontal; a presença de escolas e das pedagogias Waldorf, Montessori, Escola da Floresta, Neohumanismo e Escola da Ponte; uma ecoespiritualidade muito eclética; o uso de medicinas holísticas a par das convencionais e as práticas do yoga e da meditação no bem-estar dos indivíduos; e uma forte componente artística, com especial relevo para a música, pintura, escultura, *upcycling* têxtil e arquitetura.

O trabalho de campo revelou conceitos interessantes. Um deles é referente ao distanciamento que muitos dos atores entrevistados têm em relação à noção de sustentabilidade, na sequência do *greenwashing* e do antropocentrismo a ela associada, optando por ideias que apontam para um novo conceito de pós-sustentabilidade. Outro conceito é a praxiografia ambiental, uma vez que estes atores e suas comunidades não se ficam pelo conhecimento das causas dos problemas, mas são agentes proativos de mudança.



Casa de banho seca no Mount of Oaks



Montado no Freixo do Meio



Escola em Tamera



Mercado na Benfeita



Equipa de trabalho comunitário no Soajo



Captação raios solares para cozinhá em Tamera



Família do projeto pedagógico Ekua



Design em Permacultura na Aldeia do Vale

Restauro ecológico no Eco Vale Feridouro



Secagem alimentos na Quinta Shanti



Família santuário de animais no Mercadinho das Coisas Boas



Atelier de pintura em Tamera



Ecoconstrução no Mount of Oaks



Estúdio de música no PazPazes



Armazenamento de alimentos no Mount of Oaks



Local de convívio na Aldeia do Vale





Foto: Isabelle Rieger
Centro Administrativo durante enchente em Porto Alegre,
capital do Rio Grande do Sul

Como ler os eventos climáticos - a contribuição da imagem

Sinara Sandri

Investigadora do projeto PHOENIX (CES)

Os eventos extremos de 2024 e início de 2025 reforçam a hipótese de que já vivemos em um novo regime climático. As enchentes e os incêndios deram materialidade às relações de interdependência entre os elementos da natureza e as populações humanas e não humanas, bem como demonstraram os efeitos devastadores sobre territórios já vulnerabilizados por práticas econômicas predatórias e pelo uso especulativo do solo urbano e rural.

No caso da enchente do Rio Grande do Sul, em maio de 2024, a cor da água emergiu como índice do processo que alterou a paisagem do estado e da pegada humana e extrativista sobre a região. A chuva diluviana provocada pelo desequilíbrio no fluxo de umidade regulado pela Floresta Amazônica, vítima de desmatamento e incêndios criminosos em larga escala, caiu durante quarenta dias sobre região de hidrografia complexa e brutalizada pela sojicultura.

Um terço dos municípios do estado foi afetado. As águas colapsaram as estruturas com a interrupção

da circulação e a suspensão do abastecimento de energia elétrica e água potável, em alguns casos, por quase duas semanas. Estima-se que 700 mil pessoas e inúmeros animais tenham sido afetados. A enchente foi o décimo evento climático extremo que atingiu a mesma região no intervalo de um ano. 10 mil pessoas continuam vagando por instituições de acolhimento sem ter casa para onde voltar.

Narrar uma tragédia dessa envergadura não é tarefa fácil, mas parte deste panorama foi sendo composto por artistas e profissionais locais que materializaram em imagem a experiência da enchente. As imagens aqui apresentadas fazem parte de um conjunto representativo deste material que foi exposto durante o Festival Internacional de Fotografia de Porto Alegre (@festfotopoa). A leitura produzida por estas fotografias escancara a existência dos deslocados climáticos. São populações locais, obrigadas a deslocamentos internos. Sem estatuto de proteção e normalmente localizadas em áreas vulneráveis, são os mais afetados pelos efeitos de sucessivos eventos climáticos. Uma realidade que a sociedade terá que enfrentar. ■



Foto: André Ávila

Após interrupção do trânsito de veículos pelo alagamento das ruas, um grupo de sem teto (sem abrigo), procura refúgio no interior do principal túnel de acesso à área central de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul

De outra bossa

Isabella Faustino Alves

Doutoranda em Sociologia (FEUC) e Sociologia e Direito (UFF), em regime de cotutela internacional

enquanto os sinos
de Coimbra dobram
sobre tantas teses
tantas teses
repetidas vezes
enquanto os sinos
de Coimbra dobram
sinestésicos
como aquele entardecer
no verão
da Cracóvia
onde ainda ontem escreveu
e, no fundo,
ainda há de escrever
Szymborska
enquanto

enquanto os sinos dobram
em Coimbra
ou no interior
do Brasil
sendo este o caso

sim, enquanto os sinos
de Coimbra dobram,
não merece mesmo,
Wislawka,
*o mundo não merece
o fim do mundo.* ■

Poesia nas entrelinhas

Ana Raquel Matos

Docente do Núcleo de Sociologia (FEUC)

Estes poemas nasceram de um exercício realizado em aula na unidade curricular “Metodologia de Pesquisa”, da licenciatura em Sociologia da FEUC. A partir de um livro qualquer, escolhido pelos/as estudantes, uma frase ou expressão retirada da 10ª linha tornou-se o ponto de partida para refletir poeticamente sobre os temas do trabalho final desta disciplina (“Jovens e Participação Política” ou “Comida, Alimentação e Políticas Públicas”).

Interrogações

Ana Tavares

Estudante da licenciatura em Sociologia (FEUC)

Política, Política, Política,
Será que o homem a crítica?
E os jovens, participam?
A imprensa, prejudica?

E a população?
Está contente com esta questão?
Sim? Não?
Que grande confusão!

Anda cá tu

Diana Crisóstomo

Estudante da licenciatura em Sociologia (FEUC)

É mais fácil assim.
A culpa colocada no outro não me dói a mim.
Uma juventude apática,
Distante desta problemática.
Somos o futuro desta sociedade.
Emergência por uma política de humildade,
Onde finalmente seja garantida a igualdade.
Isto cabe a ti e a mim,
Por um melhor fim.

Os jovens são importantes
Para promover a mudança
Há quem o faça por querer,
E por gosto não cansa.

Nada muda
Se nada mudar.
Para alcançar mudança,
É preciso caprichar.

E desengane-se quem acha
Que tudo é dado de mão beijada,
Porque se fosse assim
Toda a gente dizia “de nada”.

A cabeça do santo não parava de tremer

Bianca Silva, Joana Fernandes e Paulo de Souza

Estudantes da licenciatura em Sociologia (FEUC)

Com a escassez de alimentos
Os crentes tentavam sobreviver.
Neste mundo de constrangimentos
A industrialização é quem tem mais poder.
Sem alternativa, aos santos rogam
Para ter o que comer.

Estas questões são importantes
E devemos dar-lhes palco.
Já cantava Camões,
Mas esta geração canta mais alto.

Sonho

António Martins

Estudante da licenciatura em Sociologia (FEUC)

O jovem sorria.
Participar politicamente,
Para quê?
Se tudo está decidido,
Se o jogo está viciado,
Se a vida está por um fio,
E o rumo pré-determinado.
Mas não.
Vale a pena intervir
Para ver o sonho realizado.

Temos de pensar que antes de distribuir riqueza...

João Roque e Pedro Seabra

Estudantes da licenciatura em Sociologia (FEUC)

É preciso lutar por ela.
Há quem tenha uma camisola vermelha,
E a venda por uma amarela.

A vermelha custava vinte,
Mas a amarela custa dez.
Há quem não dê valor ao tronco,
Mas dá valor aos pés.

Hoje em dia a política
Está bastante danada.
Há quem troque uma manifestação
Por uma mão cheia de nada.

És tão envergonhado
Janete Santos Cá e Mafalda Kempe
Estudantes da licenciatura em Sociologia (FEUC)

Não levantas a tua voz
Porque te sentes inferiorizado
Nesta luta, tão sós.
Ó jovem assustado,
Não deixes de lutar
Após seres, pelo governo, rejeitado
Temos de nos sacrificar, por nós!



Foto: Ana Raquel Matos

Entre cooperativas e comunidades: reflexões de uma mobilidade sociológica

Rui Lora

Doutorando em Democracia no Século XXI
(CES/FEUC)

Estamos habituados a encarar a experiência de mobilidade académica como uma oportunidade para ampliar horizontes, imergir em realidades transformadoras que moldam comunidades e, frequentemente, nos reconfiguram enquanto indivíduos e investigadores. Durante cinco meses na Bósnia e Herzegovina e três meses no Quirguistão, tive a oportunidade de testemunhar de forma direta esses processos, articulando-os com a investigação do meu doutoramento, que se debruça sobre o papel das cooperativas na promoção da paz local.

A Bósnia e Herzegovina, um país ainda marcado pelas cicatrizes do conflito dos anos 1990, ofereceu um cenário ímpar para esta reflexão. As visitas a cooperativas agrícolas multiétnicas em localidades como Bratunac, Donji Agić e Bijeljina, bem como os períodos passados em Sarajevo e Banja Luka, permitiram-me compreender como comunidades outrora divididas têm vindo a reconstruir-se. Nessas cooperativas, compostas por muçulmanos e cristãos, emerge um esforço de superação de barreiras históricas, traduzido na reconstrução da confiança e no fortalecimento da resiliência

comunitária. Estas experiências revelam que, ainda que não constituam soluções definitivas, os princípios cooperativos podem ser interpretados como instrumentos que oferecem novas possibilidades de convivência e integração. O meu desafio tem sido em compreender como essas estruturas podem contribuir para a consolidação de processos de paz em contextos de divisão histórica.

No Quirguistão, embora o enfoque fosse distinto, o cenário revelou-se igualmente enriquecedor. Inserido no projecto CARS (Central Asian Rural Society Initiative), financiado pelo programa de bolsas Marie Skłodowska-Curie da União Europeia, dediquei-me, em colaboração com o Escritório do SIAR, em Bishkek, a aprofundar as metodologias da minha investigação. Durante a mobilidade, desenvolvi um *policy brief* no âmbito da OSCE Academy, em Bishkek, que explorava o potencial das cooperativas no Vale de Fergana, uma região caracterizada por enclaves, tensões étnicas e disputas agrárias. O projecto CARS, cujo objectivo é promover uma análise interdisciplinar sobre as comunidades rurais da Ásia Central, ofereceu-me uma plataforma singular para refletir sobre como as práticas cooperativas podem mitigar divisões sociais e geográficas. Ao contrário da Bósnia, onde as cooperativas já desempenham um papel concreto, no Quirguistão este modelo aparece como uma oportunidade ainda inexplorada, oferecendo um ponto de partida promissor para a reflexão académica e política.

Essas vivências reafirmaram para mim a importância das cooperativas como agentes de transformação social, capazes de integrar teoria e prática no fortalecimento das comunidades. Possibilitaram-me não só estudar, mas também interagir com realidades complexas, destacando o papel das cooperativas na promoção da convivência comunitária, da resiliência social e da consolidação da paz. No final, permanece a reflexão sobre como a investigação científica pode contribuir de forma concreta para a sociedade. Essas experiências, de certa forma, procuram demonstrar que as fronteiras, sejam elas geográficas ou sociais, podem ser superadas por meio da cooperação, transformando locais de divisão em espaços de encontro e fortalecendo laços comunitários em prol de uma convivência pacífica e esperançosa. ■

Meu trabalho, meu campo

Bruna Schlindwein Zeni

Doutoranda em Sociologia (FEUC); Pesquisadora do “De Olho nas Urnas” (UFG); Fundadora da Editora Blimunda

Soy editora porque escribo y pienso colaborativamente, y es la forma en la que ejerzo la conversación y el pensamiento en muchas lenguas y con muchas cabezas, con muchos conocimientos y destrezas.

Escribo y edito y Edito y escribo con todxs y nunca sé a dónde va esa escritura, si será sonido, texto, imagen, todo junto; y es escritura política, crítica, lúdica, texto y silencio, imagen y ruido, página y pantalla. Mónica Nepote, *Editar es Escribir*

Pois é. Sou editora. Mas também aluna, consultora, pesquisadora e professora. Ora mais editora, ora mais pesquisadora; eventualmente consultora e sempre aluna – no momento, a tecer a tese – saudosa de *estar* professora, fração da *vida* que coloquei em suspenso quando migrei para Bolonha. De Bolonha, em tempos pandêmicos, de desvalorização do ensino, da pesquisa, das diferenças e das artes em meus países, fundei a Editora Blimunda (sim, gosto de Saramago – e a Editora e eu recebemos a bênção da Pilar, seu grande amor, assunto para outro texto), uma pequena editora independente e feminista. Nela, damos preferência à publicação de livros de autoria feminina e, no seu comando, levo adiante uma ética feminista de trabalho, centrada no cuidado e no respeito ao tempo das pessoas e dos livros. Nesse universo, o dos livros, fui parar por acidente.

Desde sempre soube que seria professora. Para sério no ensino superior, percebi que deveria fazer pesquisa. E assim fiz. Enquanto minhas colegas se preocupavam com concursos públicos, coloquei minha energia em projetos de iniciação científica. Participei de congressos, seminários, apresentei e escrevi trabalhos que me ajudaram a ser aprovada no mestrado antes mesmo de concluir a licenciatura em Direito. A expectativa era de que, com o título em mãos, conseguiria dar aulas com facilidade. Como a expectativa é a certeza da frustração...

Na época, as vagas para docentes na minha (então) região eram para quem tivesse especialização. Mestras e doutoras custavam caro e as universidades não estavam dispostas a investir

nelas, exceto para substituir alguma professora com mestrado ou doutorado por pessoa de igual titulação, de modo a observar o mínimo exigido pelo Ministério da Educação para que o curso funcione. Me dei conta de que, se quisesse aproveitar meu mestrado, precisaria ampliar meu mundo. Fui para São Paulo.

Por lá, no começo dos anos 2010, as oportunidades de trabalho abundavam e profissionais com bons currículos eram abordados diretamente pelas empresas e por headhunters. Foi assim comigo que, recém-saída de Ijuí, com o lattes e o linkedin em dia, recebi uma ligação com um convite para ser pesquisadora na Thomson Reuters. Por que não?



Foto: Péricles Dutra

Foi um período de muito trabalho e crescimento profissional. De pesquisadora me tornei revisora, editora de livros, de periódicos científicos e de aquisições. Lá pelas tantas, um colega me indicou para dar aulas e abracei a oportunidade. Das 8 às 18, editora; das 19 às 22h30, professora. Nesse ritmo, não foi possível prosseguir com minha formação acadêmica. A retomei recentemente, primeiro na FLUC e depois na FEUC.

Na FEUC encontrei um ambiente acolhedor que contribui para que, nessa minha vida laboral plural, siga meu percurso com leveza, a escrever uma tese idealizada para unir meus mundos da pesquisa (que por ora pago para fazer) e do trabalho (que me permite pagar o primeiro), transformando-o em campo, facilitando um bocado as coisas e diminuindo a *dor da tese* (expressão de Miriam Pillar Rossi).

Não cair em modismos nem em lacunas para justificar a pesquisa requer certa maturidade. Eu não a teria se tivesse emendado o mestrado no doutorado como desejava. Se não tivesse mergulhado na edição, que me propiciou conversar com meus livros e viver próxima de quem constrói o pensamento jurídico no Brasil. Nem se não tivesse migrado e migrado de novo, mais uma vez. Confluindo e esperançando, abraço o desafio diário de adequar quem sou ao lugar de onde vim e ao lugar aonde desejo chegar. ■

Nihil sub sole novum

O mundo sindical visto na confluência entre a experiência vivida e o saber sociológico

Paulo Barqueiro

Doutorando em Sociologia – Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo (FEUC)

Que quando entrei no mundo sindical, com pouco mais de 30 anos, não sabia bem ao que vinha, dificilmente espantará alguém, mas estes anos de sindicalismo têm revelado desafios bem mais profundos do que os que naquele momento poderia antecipar.

Nunca deixando de lado o palco da negociação coletiva por salários mais justos, melhores condições de trabalho e uma sofrível conciliação entre a vida profissional e privada, ou a mediação de conflitos e o apoio judicial aos trabalhadores, ditam as agruras da vida que muito do meu tempo enquanto ator sindical é usado com maior frequência em questões de sindicalização de trabalhadores e revitalização da imagem sindical.

Nada de novo debaixo do sol, quando, em lutas por vezes existenciais, de convergências de personalidades e divergências de egos, as estruturas sindicais usam as fusões para manter a relevância social dos sindicatos e as cisões têm impedido a unicidade de voz e ação. A dificuldade das estruturas instaladas em se adaptarem à flexibilização e digitalização laboral, aliada à incapacidade de se reinventarem na comunicação e mobilização, dita uma diminuição de densidade e, mais grave, de representatividade do movimento, alheado, o mais das vezes, das dinâmicas transnacionais que permeiam a nossa sociedade.

Os trabalhadores têm assistido serenamente à desertificação sindical, seguros de que este mundo, assim diminuído, lhes continuará a prestar a utilidade necessária, se alguma lhe é atribuída. Em caso de necessidade, contam ter a porta aberta para, tão breve quanto esteja o assunto resolvido, e se as expectativas não forem defraudadas, poderem sair por essa mesma porta, porque a

proximidade patronal e desconfiança perante o movimento assim os aconselha. Embebidos num ideário neoliberal, onde se glorifica o *self made man*, confiam nas ações individuais, renegando sempre que possível à condição de mero trabalhador e à consciencialização de classe. Os custos de sindicalização serão assim desproporcionados para quem procura ser um bom colaborador e nem reconhece no movimento a capacidade de dar resposta às novas revoluções e disruptões empresariais.

O cenário, não sendo dantesco, determinou a necessidade de me voltar ao estudo mais aprofundado da questão, enquanto acérrimo defensor da permanente luta pela igualdade e justiça social. Com um saber criado no mundo legal, encontrei na sociologia as ferramentas necessárias para identificar e analisar os fenómenos e as dinâmicas sociais, identificar as estruturas de poder e novas formas de exploração laboral, com o desígnio de perceber as suas consequências sobre os trabalhadores e delinear as melhores estratégias para os defender.

Na confluência entre a experiência adquirida e o saber teórico, importa fazer uso da sociologia como aliado essencial para a capacitação do movimento sindical face aos desafios que hoje enfrenta, aberto, adaptado, integrado e militante para fazer de Abril mais do que um feriado a celebrar. ■



Foto: José Pedro Marques



Incubadora Social de Investigação e Inovação – ISII

Sílvia Ferreira*, Cláudia Pato de Carvalho* e Beatriz Caitana**

*Docentes do Núcleo de Sociologia (FEUC)

**Doutoranda em Sociologia (FEUC) e Investigadora Júnior do CES

Em contexto de múltiplas crises e desafios societais existenciais torna-se urgente encontrar novas formas e ferramentas de atuação que capacitem as instituições para enfrentar e responder a esses desafios. Uma dessas instituições é a Universidade, nas suas dimensões científica e pedagógica e na sua relação com a sociedade. As incubadoras são uma metodologia de interação entre a universidade e a sociedade para o aprofundamento desta relação.

O Centro de Estudos Sociais, a Faculdade de Economia e a Universidade de Coimbra criaram a Incubadora Social de Investigação e Inovação (ISII), com financiamento da iniciativa Portugal Inovação Social (PT 2030), ao abrigo do Concurso “Centros para o Empreendedorismo de Impacto”, tendo como coinvestidores sociais as Câmaras Municipais de Coimbra e de Cantanhede e a empresa Crioestaminal.

A ISII é uma infraestrutura, orientada para os cidadãos e as organizações da economia social e solidária e para as comunidades académicas e científicas dos campos das ciências sociais, humanidades e artes, que ambiciona promover a ligação entre a inovação social, a investigação e o ensino, orientados para a resolução de problemas sociais e societais nos territórios de Coimbra e Cantanhede. Trata-se de um projeto experimental que, ao longo de três anos, desenvolverá um modelo de incubação académica e científica que inclui o diagnóstico de problemas sociais, o desenho e a incubação de projetos de inovação social, envolvendo organizações públicas, não lucrativas e privadas nos territórios, estudantes, docentes e investigadores. Além dos projetos incubados em Coimbra e Cantanhede, o modelo de intervenção da ISII promoverá o estreitamento da relação entre a ciência e as comunidades, a inovação no domínio das práticas pedagógicas e o desenvolvimento académico, profissional e cidadão dos/as estudantes. Pretende-se testar e disseminar este modelo de incubação.

As incubadoras de inovação social têm como objetivo e impacto final contribuir para uma sociedade mais justa e têm vindo a disseminar-se em todo o mundo, nomeadamente em Portugal. A ISII inspira-se nas aprendizagens do trabalho e interesse sobre a incubação social que, na FEUC, têm estado presentes nas Licenciaturas em Sociologia e Gestão, nos mestrados em Sociologia e em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo e no Doutoramento em Sociologia, concretizadas em encontros, teses e dissertações e na experimentação da ISFEUC – Incubadora Social Académica entre 2009 e 2014. A especificidade da ISII em relação à maioria das incubadoras sociais existentes em Portugal consiste na sua estreita vinculação à Universidade e à investigação em ciências sociais, humanidades e artes e na estreita articulação com os processos científicos e pedagógicos.

O projeto é liderado por Cláudia Pato de Carvalho, a partir do Centro de Estudos Sociais. Integram a equipa Gabriela Fernandes (pró-reitoria da UC), Sílvia Ferreira (FEUC), Beatriz Caitana da Silva (CES) e Filipa Lima (Student Hub UC). A IISI conta, ainda, com uma doação de parte do Prémio Maria Antónia Revelação, pela investigadora Maria Nunes Pereira, que recebeu este prémio em 2023. ■

Colóquio *Novas Gerações, Riscos e Vulnerabilidades* e exposição de fotografias *RISE UP!*

Priscila Dias

Doutoranda em Pós-Colonialismos e Cidadania Global (FEUC / CES)

Aconteceu na FEUC no dia 6 de dezembro de 2024, em parceria com o CES, o colóquio *Novas Gerações, Riscos e Vulnerabilidades*, abordando temáticas como ambiente, alterações climáticas, saúde/doença, envelhecimento, solidão, racismo, desigualdades, violência e tecnologia. Iniciou tendo na sessão de boas-vindas José Manuel Mendes, Tiago Santos Pereira e Susana Costa. A sessão plenária que se seguiu foi moderada por Madalena Alarcão, abrangendo um diálogo com diferentes vozes e experiências geracionais sobre as temáticas em questão. Foram dinamizadas várias oficinas temáticas, voltadas aos riscos ambientais e psicosociais na contemporaneidade: “Reshape”, “Sintropia e Regeneração pelo Uso: Terra Sintrópica” e “I'm/Perfect: Corpos (im)perfeitos. Formas de discriminação baseadas em razões estéticas”.

O colóquio incluiu a responsabilidade social da

Arte, com as leituras sobre Saúde Mental e Poesia de Mattia Faustini e Discriminação e Racismo de Gabriela do Amaral. Contou também com a exposição de fotografias *RISE UP!*, com curadoria de Susana de Noronha, reunindo imagens que atravessam os corpos, comunidades e lugares que habitamos. Uma das fotos foi premiada e duas receberam menção honrosa, dentre elas a minha fotografia, intitulada *Mulher Multidesafiada*, de 2023, tirada em Filipinas, na Ásia.

O que eu pretendo com essa imagem é sensibilizar os olhares para a problemática do impacto da feminização da pobreza na saúde mental de muitas mulheres no Sul Global, tema da minha tese de doutorado em desenvolvimento no CES, através da qual venho buscando elaborar formas de promoção de um bem-estar ético-político que as contemple. É importante lembrar que elas não são “mulheres vulneráveis”, e sim mulheres “vulnerabilizadas” por forças exercidas pelo sistema-mundo moderno de gênero, que molda relações de poder que produzem injustiças sociais em escala global. Que imagens como esta sempre nos produzam indignação. A pobreza me constrange e espero que continue a fazê-lo. ■



Foto: Priscila Dias



Reimaginando as cidades: colóquio internacional CULTURS debate resiliência, cultura, sociabilidades e participação

Sílvia Silva

Doutoranda em Sociologia (FEUC) / Investigadora júnior do CES

Organizado pela Linha Temática do CES *Culturas urbanas, sociabilidades e participação*, o colóquio internacional *Por uma resiliência criativa? Reimaginando culturas urbanas, sociabilidades e participação*, realizado em Coimbra de 14 a 15 de novembro, colocou em primeiro plano a agência de atores e de práticas culturais, assim como a necessidade crucial da participação cívica equitativa e inclusiva em transições coletivas dirigidas a estratégias e ações regenerativas e resilientes.

O colóquio atraiu estudantes, investigadores e profissionais culturais de todo o mundo e de um vasto leque de disciplinas. Reuniu mais de 90 participantes de 18 países. O programa incluiu uma

série de sessões abertas à discussão e à partilha de experiências de investigação, mesas redondas, painéis temáticos e uma exposição – *Terra Propósito* – resultante das propostas pedagógicas e de investigação das disciplinas de História da Arquitetura e Teoria da Arquitetura do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Integrou ainda uma *masterclass* pré-colóquio, realizada no dia 13 de novembro, que, de forma interativa, se debruçou sobre o mapeamento cultural e a colaboração comunidade-universidade, e uma oficina pós-colóquio, realizada no dia 16 de novembro, que explorou os métodos de investigação de base comunitária e os principais desafios no desenvolvimento deste tipo de projetos de investigação.

As sessões cobriram uma ampla variedade de temas, desde a compreensão da arquitetura contemporânea e a criação de comunidades resilientes, até à exploração de modelos de governança e políticas públicas para a cultura. O programa também incluiu discussões sobre utopia e distopia na habitação, urbanidades socioculturais, financiamento da arquitetura, mapeamento cultural e planeamento estratégico, inovação e regeneração urbanas, participação cidadã e a relação entre arte, cultura e natureza. A participação de representantes de câmaras municipais enriqueceu as discussões, com as suas perspetivas e experiências práticas sobre o futuro das cidades e a resiliência criativa. ■



Prazer, Camaradas: exibição e debate na FEUC

Rafael Pereira

Estudante da Licenciatura em Sociologia (FEUC)

No dia 5 de dezembro, a FEUC recebeu o realizador José Filipe Costa para a exibição e debate do filme *Prazer, Camaradas*. O evento, promovido por Sílvia Portugal e moderado por mim, desconstruiu a Revolução dos Cravos, para lá da revolta militar de Lisboa, desafiando ideias como a sexualidade, a submissão e o abuso em Aveiras de Cima. O auditório questionou ainda sobre os detalhes das gravações e dos sentimentos daqueles que contracenaram no filme.

Entrelaçando memórias daquelas gentes e pós-memórias do realizador, este projeto, que alterna entre ficção e documentário, explora conceitos de poder popular, resistência antifascista e uma libertação sexual muito constrangida pelo pudor herdado do Salazarismo. Estes fragmentos da revolução destacam o dualismo entre transformação sociocultural e o moralismo de outros tempos. No final do evento, ficou a questão: se a Revolução dos Cravos se cumpriu, para quando uma verdadeira revolução sexual? ■



2025 Annual Conference
Wednesday 23 - Friday 25 April
University of Manchester



British Sociological Association 2025 Annual Conference

Cíntia Fachada

Doutoranda em Sociologia (FEUC)

A Universidade de Manchester, no Reino Unido, irá receber, entre 23 e 25 de abril de 2025, a conferência anual da Associação Britânica de Sociologia. Com o tema orientador “Transformações Sociais”, os/as cientistas sociais são convidados a pensar como os protestos sociais, as crises económica, humanitária, climática e sanitária, as mudanças de governo e chefes de Estado, o crescimento do movimento populista têm impactado as sociedades e a sua evolução. Que desigualdades sociais emergem e/ou se renovam? Quais são as novas narrativas sociais e formas de ser que estão em desenvolvimento? Como podemos responder aos desafios?

Vron Ware, Aaron Winter, Rebecca Elliot e Catherine Walker são alguns dos oradores convidados. A conferência tem como objetivo celebrar os contributos da sociologia e o papel da mesma na sociedade, ao explorar a natureza e respostas aos desafios locais e nacionais, num ambiente dinâmico e estimulante.

A data-limite de inscrição é 4 de abril, já não sendo possível as submissões de trabalhos.

Mais informações em:

<https://www.britsoc.co.uk/events/key-bsa-events/bsa-annual-conference-2025-social-transformations/> ■



5th International Sociological Association (ISA) Forum Sociology

Cíntia Fachada

Doutoranda em Sociologia (FEUC)

A quinta edição do Fórum Sociológico, promovido pela Associação Internacional de Sociologia, vai ter lugar em Rabat, Marrocos, entre os dias 6 e 11 de julho de 2025. Mais concretamente em Mohammed V University. O tema central contempla os desafios atuais do Antropoceno - *Knowing Justice in the Anthropocene*, a partir do qual se pretende questionar e debater formas de produção de conhecimento, os seus impactos e novas abordagens à justiça.

A Associação Internacional de Sociologia propôs uma submissão de trabalhos audiovisuais (documentários, obras de arte, etc.) relacionados com a investigação em sociologia ou noutras ciências sociais, para a sua visualização em Rabat. O evento espera receber cerca de 4500 participantes de mais de 120 países.

Embora já não seja possível submeter resumos, a inscrição no Fórum Sociológico ainda é possível.

Mais informações, consultar <https://www.isa-sociology.org/en> ■

XIII Congresso Português de Sociologia

Isabella Faustino Alves

Doutoranda em Sociologia (FEUC), e Sociologia e Direito (UFF), em regime de cotutela internacional

Democracias à prova: riscos e incertezas é o tema da décima terceira edição do Congresso Português

de Sociologia, que terá lugar, de 8 a 11 de julho de 2025, na Universidade dos Açores – em Ponta Delgada, Ilha de São Miguel.

Com conferência de abertura a ser proferida por Susan Benesch, o Congresso celebra os quarenta anos da Associação Portuguesa de Sociologia e contemplará sessões *online*, para lá da modalidade presencial. Mediante o esforço por congregar participações e a partilha de suas atividades e reflexões, a programação alberga também sessões plenárias e semiplenárias, as quais contarão com transmissão digital em direto.

Como se observa de sua chamada para comunicações e *posters*, o Congresso procura fomentar um diálogo interdisciplinar orientado por tópicos que mobilizam a reflexão e a atuação em torno do fortalecimento das democracias, em meio à multiplicidade de desafios contemporâneos nessa seara, a abranger temáticas tais como populismos e extremismos políticos; desigualdades sociais, de género e interseccionais; direitos humanos e movimentos *backlash*; políticas públicas; além de intersecções tais como tecnologia e democracia; participação cívica e movimentos sociais, dentre outros temas.

Mais informações, consultar <https://xiii-congresso-aps.eventualia.net/pt/2025/inicio/> ■



Mestrado em Sociologia

Relatório de estágio no Instituto Confúcio da Universidade de Coimbra

Relatório de Estágio. Setembro de 2024

Jiaxin Zhang

Uma perspetiva periódica da fecundidade em Portugal e na Turquia no contexto das teorias clássicas e modernas

Dissertação. Julho de 2024

Muhammet Ali Demir

A expressão de género e a raça como catalisadores para a fetichização entre homens não heterossexuais da Madeira

Dissertação. Setembro de 2024

António José Nóbrega Vieira

Experiências de discriminação racial na gravidez e no parto. Estudo exploratório com mulheres ciganas

Dissertação. Setembro de 2024

Margarida Melo dos Santos Fernandes

A verdade estará algures no meio? A memorialização da guerra colonial portuguesa no urbanismo de Coimbra

Dissertação. Setembro de 2024

Gabriel Affonso

Põe-te na bicha. Mulheres transgénero e travesti na reconfiguração do capital social

Dissertação. Setembro de 2024

Eduardo António da Silva Ferreira

Para um ensino das STEM e das TIC com perspetiva de género: uma análise de práticas e de ausências

Dissertação. Setembro de 2024

Inês Martins Simões

O lugar das mulheres na política local: estudo exploratório acerca das resistências às políticas de ação positiva nas autarquias portuguesas

Dissertação. Setembro de 2024

Beatriz Neves Coimbra

Desafios metodológicos da investigação em campos sensíveis: uma revisão da literatura

Dissertação. Fevereiro de 2024

Thais Cossetti

Mestrado em Dinâmicas Sociais, Riscos Naturais e Tecnológicos

Vulnerabilidade de coberturas a incêndios rurais: modelação experimental e prescrições normativas

Dissertação. Setembro de 2024

João Maria Boleixa Mateus

A implementação do fogo controlado enquanto estratégia de gestão florestal e do risco de incêndio

Dissertação. Setembro de 2024

Paulo Jorge Matias Mendes

Drownings in the municipality of Ponte de Lima: causes and risk comprehension

Dissertação. Setembro de 2024

Nuno Miguel Fernandes Antunes

Avaliação da vulnerabilidade e do risco de incêndios rurais em Mondim de Basto. Proposta metodológica para a implementação dos programas Aldeia Segura, Pessoas Seguras

Dissertação. Setembro de 2024

Maria da Graça Ferreira Pires

Pobreza energética em Portugal: a governação no combate às assimetrias sociais e territoriais

Dissertação. Setembro de 2024

Beatriz Salafranca Ferraz

Doutoramento em Sociologia

Para lá dos silenciamentos: sofrimento mental, integralidade e (im)possibilidades de uma ecologia de cuidados

Cláudia Inês de Carvalho Silva Nogueira

As duas faces de Eva: histórias de mulheres acusadas de homicídio conjugal em Portugal

Ingrid Patricia Schaefer Pereira

Doutoramento em Democracia no Século XXI

Para uma ecologia política dos subalternos. Plebe, commoners e a reinvenção da democracia em Nápoles, Sul da Itália

Roberto Sciarelli

No cruzamento entre teoria e prática: como o Confederalismo Democrático Curdo tem articulado feminismo, ecologia e democracia

Eleonora Gea Piccardi

O surgimento dos WhatsApps no Sul Global

Sérgio Barbosa dos Santos Silva

Doutoramento em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI

“Ocupar” a democracia: um conceito antigo, uma política nova. Movimentos sociais e democracia no século XXI

José Péricles Pereira de Sousa

Direito e cidade em movimento: latências, emergências e resistências na construção do direito na cidade

Nathalie Nunes

O labirinto dos direitos humanos no século XXI: a construção de novas leituras e práticas de Direitos Humanos diante do poder global das corporações transnacionais e instituições privadas

Herta Rani Teles Santos

Doutoramento em Governação, Conhecimento e Inovação

Imaginários sociotécnicos sobre sementes crioulas no Brasil

Ana Paula Moreira da Silva

Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global

Desaprendizagens, universidades populares e epistemologias do sul: um diálogo a partir da Universidade Trashumante e da Universidade Popular dos Movimentos Sociais

Erick José Carvalho Morris

Interseção de raça, género e classe? Uma análise das experiências de gravidez, parto e pós-parto das mães negras e afrodescendentes em Lisboa

Laura Elisabete Figueiredo Brito

Doutoramento em Sociologia - Cidades e Culturas Urbanas

Por uma política cultural de dimensão territorial: diálogos entre periferias urbanas de Lisboa e São Paulo

Ana Carolina Louback Lopes

Doutoramento em Sociologia - Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo

A reciprocidade na geração do trabalho cooperativo para cogovernança prisional de reclusos e reclusas na APAC

Sergio Mariani

Gewerkschaften 4.0? Recursos de poder e trabalho via plataformas digitais na Alemanha e em Portugal (2012-2022)

Vamberto Ferreira Miranda Filho

As saias que surfam as areias: descortinando o poder das mulheres na comunidade pesqueira da Nazaré, Portugal

Gloria Maria Leite

O agronegócio neoliberal, a sustentabilidade ambiental e a exploração do trabalho braçal em canaviais de São Paulo

Gilberto Penha de Araujo

DIA DA SOCIOLOGIA

Cidades e Sustentabilidade

11 de fevereiro 2025
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra



10h30
Auditório da FEUC

Mesa de Abertura

José Manuel Mendes
Diretor da FEUC

Tiago Santos Pereira
Diretor do CES

Hermes Costa
Coordenador do Núcleo de Sociologia

Madalena Duarte
Cocoodenadora do Doutoramento em Sociologia

Rosa Monteiro
Coordenadora do Mestrado em Sociologia

Pedro Góis
Coordenador da Licenciatura em Sociologia

Andreia Carvalho
Presidente da Direção do Núcleo de Estudantes de Sociologia da AAC

15h
Auditório da FEUC

A sustentabilidade das cidades

Roberto Falanga
Instituto de Ciências Sociais

Comentários de **Isabel Ferreira**
Centro de Estudos Sociais

Moderação: **Claudino Ferreira**

17h30
Biblioteca da FEUC

Lançamento da revista **Prisma.Soc nº12**

Momento musical com **Aquiles Castro e Banda**

Lanche-Convívio

11h
Debate: O impacto do Metro do Mondego na cidade de Coimbra

Eduardo Barata
Administrador Executivo da Metro-Mondego

Apresentação de projetos de estudantes

Moderação: **Rosa Monteiro e Cláudia Carvalho**

Organização:
Núcleo de Sociologia da FEUC
Núcleo de Estudantes de Sociologia da AAC

1290
FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

Comissão Editorial nº 12: Cíntia Fachada, Claudino Ferreira, Daniel Neves Costa, Isabella Faustino Alves, José Pedro Marques

Contactos

Email: newsoc@fe.uc.pt

Morada: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Av. Dias da Silva, 165, 3004-512 – Coimbra – Portugal.
Orientações para publicação:

A Newsletter *prisma.soc* é uma publicação dos cursos de Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) destinada à difusão de informação e à publicação de pequenos ensaios e reflexões, assim como à divulgação de encontros e eventos realizados na FEUC e outras instituições. A *prisma.soc* publica textos da autoria de estudantes e professores dos cursos de pós-graduação, mestrado e doutoramento em Sociologia, mas também aceita contribuições de todos/as interessados/as em divulgar trabalhos e informações de natureza sociológica. A decisão sobre a publicação de contributos não solicitados será comunicada com celeridade aos autores.

Os/as colaboradores/as da *prisma.soc* devem observar as seguintes limites para as várias rubricas (em número de caracteres, incluindo espaços): "No terreno": 5.000; "Ensaio": 7.000; "Encontro": 3.000. As restantes colaborações não solicitadas não devem exceder 3.000 caracteres.

Os textos propostos devem incluir uma imagem de ilustração, a ser enviada conjuntamente para: newsoc@fe.uc.pt.